



TRANSPORTES

**CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 03,
ATRAVÉS DO QUAL O MUNICÍPIO DO
RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
TRANSPORTES, DELEGA A PRESTAÇÃO
DO SERVIÇO PÚBLICO DE
PASSAGEIROS POR ÔNIBUS- SPPO-RJ
NO QUE SE REFERE À REDE DE
TRANSPORTES REGIONAL N.º 4 - RTR
N.º 4**

Aos dias 17 do mês de setembro do ano de 2010, na rua Rua D. Mariana, nº 48, Botafogo, nesta cidade, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, através da Secretaria Municipal de Transportes, a seguir designado **PODER CONCEDENTE**, representado pelo Exm.º. Secretário Municipal de Transportes, consoante delegação do Decreto "P" nº 014, de 01/01/2009, e o **CONSÓRCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES**, estabelecido na rua da Assembléia, nº 10, sala 3911, parte, Centro, Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.464.553/0001-84, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.5.0002561-1, a seguir designada **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada pela empresa líder, **VIAÇÃO REDENTOR LTDA.** e esta representada por Avelino Antunes, RG 1.326.483-3 IFP-RJ, CPF 001.578.647-15 assinam o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, em decorrência do resultado da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA N.º CO 010/2010**, realizada através do processo administrativo n.º 03/001.032/2010, homologada por despacho do Exm.º Secretário Municipal de Transportes datado de 31 de agosto de 2010 (fls. 8.324 do processo) e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO nº 114, de 1º de setembro de 2010, às fls. 32.

CLÁUSULA PRIMEIRA (Legislação Aplicável)

1.1 - O presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente instrumento, especialmente pelo art. 175 da Constituição Federal, pelas Leis Federais n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e n.º 8.666, de 21 de junho de 1993; pelo art. 30, VI, "f" e 394 e seguintes da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro; pela Lei Complementar nº 16, de 04 de junho de 1992; pela Lei Complementar Municipal n.º 37, de 14 de julho de 1998, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei n.º 207, de 19 de dezembro de 1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar n.º 1, de 13 de setembro de 1990; pelo Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18 de setembro de 1981, e suas alterações; bem como pelas demais normas municipais aplicáveis; e, ainda, pelas disposições do Edital da licitação e respectivos anexos e pelas disposições deste contrato e respectivos anexos. A **CONCESSIONÁRIA** declara conhecer todas essas

normas e concorda em sujeitar-se às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

1.2 - O Edital da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA N.º CO 10/2010** (o **EDITAL**) e os respectivos **ANEXOS** constituem parte integrante e inseparável do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, tal como se nele estivessem integralmente transcritos.

1.3 – Integram também o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**:

(i) A **PROPOSTA COMERCIAL** apresentada pela **CONCESSIONÁRIA** na **CONCORRÊNCIA N.º CO 10/2010 (ANEXO A)**

(ii) A **PROPOSTA TÉCNICA** apresentada pela **CONCESSIONÁRIA** na **CONCORRÊNCIA N.º CO 10/2010 (ANEXO B)**

(iii) **CÓPIA AUTENTICADA DO ACORDO OPERACIONAL – BILHETAGEM ELETRÔNICA (ANEXO C)**

(iv) **CÓPIA AUTENTICADA DO ACORDO OPERACIONAL – OBRIGAÇÕES COMUNS (ANEXO D)**

(v) **CÓPIA AUTENTICADA DO INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO (ANEXO E)**

CLÁUSULA SEGUNDA (Objeto)

2.1 - O presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** tem por objeto a delegação, mediante **CONCESSÃO**, da prestação do **SERVIÇO PÚBLICO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS – SPPO-RJ**, que se refere à **REDE DE TRANSPORTES REGIONAL nº 4 - RTR nº 4**, conforme especificado no **EDITAL** da **CONCORRÊNCIA N.º CO 10/2010** e nos respectivos **ANEXOS**.

CLÁUSULA TERCEIRA (Prazo)

3.1 - O prazo da concessão será de 20 (vinte) anos, contados a partir da data da assinatura do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

3.2 - O prazo referido do subitem 3.1 será prorrogado, uma única vez, por novo período de 20 (vinte) anos, desde que atendidos os seguintes requisitos:

(I) cumprimento regular, pela **CONCESSIONÁRIA**, das normas de operação dos **SERVIÇOS**;

(I) concordância pelo concessionário de valor da outorga para renovação a ser definido pelo Poder Público;



(III) realização de novos estudos de viabilidade técnica e econômica da concessão que estabeleçam os parâmetros mínimos da nova outorga e da execução dos **SERVIÇOS**.

3.3 - A aferição dos requisitos referidos nos incisos I a III do item 3.2 será realizada com relação a cada uma das **Redes de Transportes Regionais – RTRs** e respectivas concessionárias individualmente consideradas, de forma que a eventual prorrogação da concessão deferida a uma das **Redes de Transportes Regionais – RTRs** e respectiva concessionária não será necessariamente estendida às demais.

CLÁUSULA QUARTA (Início da Operação dos Serviços)

4.1 - A **CONCESSIONÁRIA** deverá iniciar a operação dos **SERVIÇOS** no prazo de até 43 (quarenta e três) dias, a contar da data da assinatura do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, sob pena de perda do direito à concessão, sendo chamadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, a contar da data de sua convocação, e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.2 – No período compreendido entre a data da assinatura do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** e o início da operação dos **SERVIÇOS**, a **CONCESSIONÁRIA** não poderá praticar qualquer ato que possa direta ou indiretamente prejudicar o bom andamento dos atuais serviços de transporte coletivo por ônibus, envidando seus melhores esforços com a finalidade de não estabelecer condicionantes administrativas e operacionais para que não ocorra qualquer descontinuidade no atendimento à população.

4.3 – A **CONCESSIONÁRIA** responderá perante o **PODER CONCEDENTE**, bem como, se for o caso, perante terceiros, usuários e/ou prestadores de serviços de transporte coletivo por ônibus a qualquer título, pelos danos decorrentes do descumprimento do disposto nos itens 4.1 e 4.2, sem prejuízo da imposição das demais penalidades cabíveis, e, ainda, da perda do direito à concessão, podendo ser chamados os licitantes remanescentes, a critério do **PODER CONCEDENTE**.

4.4 - O prazo referido no item 4.1 e, em consequência, o início da operação dos serviços, poderá ser prorrogado a exclusivo critério do **PODER CONCEDENTE**.

CLÁUSULA QUINTA (Tarifa)

5.1 – O concessionário será remunerado através da arrecadação de tarifas pagas diretamente pelos usuários dos serviços.

5.2 – O valor da tarifa inicial dos serviços para todas as **Redes de Transportes Regionais – RTRs** será o valor do Bilhete Único de R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos), na forma da Lei Municipal nº 5.211, de 1º de julho de 2010.



5.3 – O valor das tarifas de outros grupos de ônibus do Sistema Convencional continua regido pelas Resoluções SMTR no. 1.969, de 04 de fevereiro de 2010, e 1.144 de 13 de novembro de 2001.

5.4 - A **CONCESSIONÁRIA** não poderá praticar tarifa acima da autorizada.

5.5 – A **CONCESSIONÁRIA** não pode recusar usuários que gozem de gratuidade decorrente das normas aplicáveis.

5.6 – A tarifa tem como objetivo o custeio dos serviços e de todas as demais atividades necessárias ao adequado funcionamento do **SERVIÇO PÚBLICO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS – SPPO-RJ**.

5.7 - O valor das tarifas referidos no item 5.2 será reajustado anualmente, ou na periodicidade que vier a ser fixada na legislação, sempre, de acordo com os seguintes critérios:

$$P_c = P_o + P_o * (((0,21 * ((OD_i-OD_o)/OD_o)) + 0,03 * ((RO_i-RO_o)/RO_o)) + 0,25 * ((VE_i-VE_o)/VE_o))) + 0,45 * ((MO_i-MO_o)/MO_o)) + 0,06 * ((DE_i-DE_o)/DE_o))$$

Onde:

P_c = Preço da Tarifa calculada

P_o = Preço das Tarifas vigentes

OD_i = Número índice de óleo diesel; FGV / Preços por atacado – Oferta global – Produtos industriais. Coluna 54, relativo ao mês anterior à data de reajuste.

OD_o = Número índice de óleo diesel; FGV / Preços por atacado – Oferta global – Produtos industriais. Coluna 54, relativo ao mês anterior ao último reajuste;

RO_i = Número índice de rodagem, FGV / IPA / DI Componentes para veículos - Subitem pneu, Coluna 25, relativo ao mês anterior à data de reajuste;

RO_o = Número índice de rodagem, FGV / IPA / DI Componentes para veículos Subitem pneu, Coluna 25, relativo ao mês anterior ao último reajuste;

VE_i = Número índice de veículo, FGV / IPA / DI Veículos Pesados para Transporte - Subitem ônibus, Coluna 14, relativo ao mês anterior à data de reajuste;

VE_o = Número índice de veículo, FGV / IPA / DI Veículos Pesados para Transporte - Subitem ônibus, Coluna 14, relativo ao mês anterior ao último reajuste;

MO_i = Número índice do INPC, utilizado para reajuste de mão-de-obra, relativo ao mês anterior à data de reajuste;

MO_o = Número índice do INPC, relativo ao mês anterior ao último reajuste;



DEi = Número índice do INPC, utilizado para reajuste de outras despesas, relativo ao mês novembro anterior à data de reajuste;

DEo = Número índice do INPC, relativo ao mês anterior ao último reajuste

5.7.1 – O reajuste da tarifa será homologado pelo **PODER CONCEDENTE**, que o publicará no Diário Oficial do Município.

5.7.2 - No caso de o cálculo de reajuste da tarifa resultar em valor fracionado, será adotado arredondamento estatístico, considerando-se intervalos de 5 (cinco) centavos.

5.8 – A **CONCESSIONÁRIA** reconhece que o valor das tarifas, constante desta Cláusula, em conjunto com as regras de reajuste e de revisão, descritas no presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, são suficientes para a adequada remuneração dos **SERVIÇOS**, amortização dos seus investimentos e retorno econômico, na conformidade de sua **PROPOSTA COMERCIAL** e de sua **PROPOSTA TÉCNICA**, não cabendo, portanto, qualquer espécie de reivindicação perante o **PODER CONCEDENTE**.

5.9 – A **CONCESSIONÁRIA** reconhece, também, que sua **PROPOSTA COMERCIAL** contemplou todos os custos e riscos inerentes à integração com a política tarifária do Bilhete Único Municipal, bem como em relação à eventual integração operacional do sistema.

CLÁUSULA SEXTA (Valor da Contrapartida)

6.1 - A **CONCESSIONÁRIA** deverá efetuar pontualmente o pagamento do **VALOR DA CONTRAPARTIDA** (item 6.1.1), correspondente, nesta data, a zero.

CLÁUSULA SÉTIMA (Garantia)

7.1 - A **CONCESSIONÁRIA** prestou garantia na modalidade de fiança bancária, observados os termos do EDITAL, no valor de R\$ 10.201.807,76 (dez milhões, duzentos e um mil, oitocentos e sete reais e setenta e seis centavos), equivalente a 2% (dois por cento) do Valor Estimado dos Investimentos (Cláusula Décima Oitava)

7.2 – O valor da garantia de que trata o item 7.1 será reajustado sempre que ocorrer aumento da tarifa de que trata a Cláusula Quinta, nas mesmas datas e com base no mesmo percentual de reajuste tarifário, devendo a **CONCESSIONÁRIA** efetuar o reforço de garantia necessário no prazo de 5 (cinco) dias.

7.3 - O valor da garantia poderá ser utilizado para, dentre outros objetivos, realizar, em favor do **PODER CONCEDENTE**, o pagamento de penalidades e verbas indenizatórias devidos pela **CONCESSIONÁRIA**.

7.3.1 – Se no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da ciência da **CONCESSIONÁRIA**, não for feita a prova do recolhimento de eventual



penalidade ou verba indenizatória, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto da garantia.

7.3.2 - Caso o valor da garantia não seja suficiente para o pagamento das penalidades ou verbas indenizatórias, a **CONCESSIONÁRIA** permanecerá pessoalmente responsável pela diferença.

7.4 - Na hipótese da execução da garantia, a **CONCESSIONÁRIA** deverá repô-la nos níveis estabelecidos nesta cláusula.

7.5 - A garantia contratual só será liberada ou restituída após o integral e satisfatório cumprimento do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, mediante ato liberatório do **PODER CONCEDENTE**, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA OITAVA (Direitos e Obrigações do PODER CONCEDENTE)

8.1 - Constituem direitos do **PODER CONCEDENTE**, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

I – regulamentar os serviços e fiscalizar permanentemente sua prestação;

II - determinar alterações nos serviços, modificando itens operacionais relacionados aos mesmos com a finalidade de melhor atender ao interesse público;

III – zelar pela boa qualidade dos serviços com base nos princípios da licitação, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, atualidade, generalidade, liberdade de escolha, cortesia na sua prestação, modicidade das tarifas, defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico, respeito às diretrizes de uso do solo e de pleno respeito aos direitos dos usuários e dos prestadores de serviços, permissionários ou concessionários;

IV – exigir o constante aperfeiçoamento técnico, tecnológico e operacional dos serviços.

8.2 - Constitui obrigação do **PODER CONCEDENTE** assegurar à **CONCESSIONÁRIA** as condições necessárias ao exercício da concessão e garantir os direitos da **CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA NONA (Direitos e Obrigações da CONCESSIONÁRIA)

9.1 - Constituem direitos da **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

I - arrecadar as tarifas relativas à prestação dos serviços nos termos da legislação e normas regulamentares aplicáveis;

II – ter mantida a equação econômico-financeira do contrato ao longo de sua execução de acordo com a legislação e normas aplicáveis;



III – peticionar ao **PODER CONCEDENTE** sobre assuntos pertinentes à execução dos serviços.

9.2 – Constituem obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e nos **ANEXOS** ao **EDITAL** e ao presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**:

I – cumprir e fazer cumprir fielmente as disposições do **EDITAL** e respectivos **ANEXOS**, bem como da legislação aplicável, mantendo durante toda a vigência da concessão as condições de habilitação e qualificação exigidas nos citados instrumentos;

II - operar os **SERVIÇOS** de forma a garantir a sua regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, liberdade de escolha, conforto, cortesia, modicidade tarifária e comodidade defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico, respeito às diretrizes de uso do solo e de pleno respeito aos direitos dos usuários, na forma da lei e normas regulamentares;

III - cumprir as regras de operação e arrecadação baixadas pelo Poder Público;

IV - aceitar as gratuidades e abatimentos de tarifa impostos pela legislação e normas regulamentares aplicáveis;

V – promover o constante aperfeiçoamento técnico e operacional dos serviços, bem como a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas utilizados, com vistas a assegurar eficiência máxima na qualidade do serviço;

VI - operar somente com pessoal devidamente uniformizado, capacitado, treinado, habilitado e devidamente cadastrado, portando documentos de identificação, com observância das normas municipais aplicáveis, bem como da legislação trabalhista, previdenciária, securitária, de segurança e medicina do trabalho;

VII – contar com quadro pessoal próprio de empregados, realizando contratações, inclusive de mão de obra, com observância das normas de direito privado e trabalhista, não havendo qualquer relação ou vínculo jurídico entre terceiros contratados pelo particular e o Poder Público;

VIII - responder pelo correto comportamento e eficiência de seu pessoal;

IX - adequar as instalações, equipamentos e sistemas utilizados às necessidades do serviço, guardando-os, conservando-os, e mantendo-os em perfeitas condições, de acordo com as especificações dos serviços e as normas técnicas aplicáveis;

X - prestar contas mensalmente ao Poder Público, com observância das normas aplicáveis;

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains illegible text, possibly a name or title, surrounded by a decorative border.

XI - permitir o livre acesso da fiscalização e auditoria instituídas pelo Poder Público, prestando todas as informações solicitadas;

XII - manter sua escrituração contábil sempre atualizada e à disposição da fiscalização, publicando o respectivo balanço social anualmente;

XIII - cumprir pontualmente todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, de cadastro de pessoal e demais obrigações legais ou regulamentares, mantendo a documentação pertinente à disposição da fiscalização;

XIV - arcar com todas as despesas necessárias à fiel prestação dos serviços;

XV - responder por eventuais danos ou prejuízos causados, por si ou por seus empregados, agentes ou prepostos, a terceiros em decorrência da execução dos serviços, sem que a fiscalização exercida pelo Poder Público exclua ou atenuie essa responsabilidade;

XVI - ressarcir o Município por quaisquer danos ou prejuízos causados pela concessionária decorrentes da execução dos serviços, sem que a fiscalização exercida pelo Poder Público exclua ou atenuie essa responsabilidade;

XVII - garantir a segurança do transporte, bem como a integridade física e o conforto dos usuários;

XVIII – prestar assistência e informações aos usuários e à população em geral sobre a execução dos serviços, especialmente no que se refere ao valor da tarifa, que deverá ser afixada em local estabelecido pelo Poder Público;

XIX – obedecer fielmente as normas do serviço;

XX - acatar as determinações do Poder Público no que se refere à adoção de esquemas especiais de trânsito, zelando por sua divulgação aos usuários dos serviços;

XXI – acatar e cumprir fielmente, sem prejuízo à execução dos serviços, todas as normas baixadas pelo Poder Público;

XXII – cooperar com a Secretaria Municipal de Transportes no desenvolvimento tecnológico do serviço no Município do Rio de Janeiro;

XXIII - tratar os usuários dos serviços e o público em geral com urbanidade e educação;

XXIV - não fazer uso de equipamento sonoro, salvo quando autorizado pelo Poder Público;

XXV - assegurar a fiel observância dos direitos dos usuários dos serviços;



XXVI - substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento de comunicação escrita do **PODER CONCEDENTE** nesse sentido, qualquer funcionário, empregado, auxiliar, preposto, subcontratado ou qualquer terceiro contratado para execução dos **SERVIÇOS**, que esteja infringindo as normas regulamentares ou qualquer disposição legal aplicável a ao presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**;

XXVII – manter o **PODER CONCEDENTE** permanentemente informado sobre os funcionários cadastrados para prestação dos **SERVIÇOS**;

XXVIII – buscar a constante expansão do número de passageiros servidos pela **CONCESSIONÁRIA**, bem como a ampliação e a modernização dos **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**, para adequado atendimento da demanda atual e futura;

XXIX – zelar pela perfeita manutenção dos **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**;

XXX – manter serviço de sugestões e reclamações à disposição dos usuários, capaz de atender suficientemente à demanda de reclamações e pedidos que lhe forem dirigidos;

XXXI – autuar e processar as reclamações feitas pelos usuários a respeito dos **SERVIÇOS**, de modo a respondê-las motivadamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, adotando as providências que se fizerem necessárias;

XXXII – transmitir as reclamações autuadas e processadas ao **PODER CONCEDENTE** por meio de relatórios mensais, que deverão conter as respostas fornecidas e as providências adotadas e, ainda, informações das companhias telefônicas sobre eventuais ligações não atendidas;

XXXIII – implementar, nos prazos estabelecidos, as alterações nos serviços e modificações nos itens operacionais relacionados aos serviços impostas pelo Poder Público.

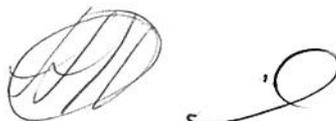
9.3 – A **CONCESSIONÁRIA** se obriga, no prazo máximo de 12 (doze) meses da assinatura deste Contrato, a disponibilizar nos pontos finais de suas linhas instalações sanitárias adequadas, próprias ou contratadas com terceiros, para a utilização de seus funcionários.

CLÁUSULA DÉCIMA (Direitos e Obrigações dos Usuários dos Serviços)

10.1 – Constituem direitos dos usuários dos serviços, sem prejuízo de outros previstos na legislação aplicável:

I - dispor dos serviços de forma adequada, em condições de regularidade, eficiência, segurança, higiene, conforto, cortesia, generalidade e liberdade de escolha;

II - obter todas as informações necessárias para o bom uso do serviço;



III - receber informações sobre qualquer modificação ocorrida no serviço com a antecedência necessária, conforme determinação do Poder Público;

IV - externar reclamações e sugestões através de canais próprios instituídos pelo Poder Público e pelos concessionários;

V - ser tratado com urbanidade e respeito;

VI - beneficiar-se das gratuidades e abatimentos de tarifa previstos na legislação e normas regulamentares aplicáveis;

VII - levar ao conhecimento do Poder Público as irregularidades de que tenha conhecimento referentes à execução dos serviços, participando, de forma ativa, de sua fiscalização;

VIII - receber a devolução correta e integral do troco;

IX - livre acesso e circulação das pessoas portadoras de deficiência física e facilidade de acesso e circulação dos usuários, especialmente gestantes e idosos, na forma da regulamentação aplicável;

X - exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações dos concessionários impostas pelo Poder Público.

10.2 – Constituem obrigações dos usuários dos serviços, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável:

I – pagar pelo serviço utilizado de acordo com a legislação e normas regulamentares aplicáveis;

II – preservar e zelar pela preservação dos bens vinculados à prestação do serviço;

III – portar-se de maneira adequada e utilizar o serviço de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Público;

IV – zelar pela eficiência do serviço, não praticando qualquer ato que possa prejudicar o serviço ou os demais usuários, utilizando-o de forma adequada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (Equilíbrio Econômico-Financeiro)

11.1 - Considera-se, para todos os fins, que as condições estabelecidas no **EDITAL** e nos respectivos **ANEXOS** constituem o equilíbrio econômico financeiro inicial do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

11.2 - Observados os pressupostos estabelecidos na legislação aplicável, bem como no **EDITAL** e em seus **ANEXOS** e no presente instrumento e respectivos **ANEXOS**, o **CONTRATO DE CONCESSÃO** será objeto de revisão caso ocorra desequilíbrio na sua equação econômico-financeira.



11.3 - São pré-requisitos essenciais para fundamentar eventual reequilíbrio econômico-financeiro do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** eventos que sejam: (i) extraordinários; (ii) imprevisíveis; (iii) estranhos à vontade das partes; (iii) inevitáveis; e (iv) capazes de gerar desequilíbrio na equação econômico financeira do **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

11.4 - Somente caberá revisão do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** nos casos em que a ocorrência de eventos que atendam ao disposto no item 11.3 resultar em variação do fluxo de caixa projetado do empreendimento, de modo a reduzir ou majorar a TIR (Taxa Interna de Retorno) declarada pela **CONCESSIONÁRIA** em sua **PROPOSTA COMERCIAL**, observada necessariamente a distribuição de riscos prevista nesta cláusula.

11.5 - São riscos assumidos pela **CONCESSIONÁRIA**, que não ensejam a revisão do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** todos aqueles relacionados com a álea empresarial da **CONCESSIONÁRIA** e, especialmente:

(i) a não obtenção do retorno econômico previsto na **PROPOSTA COMERCIAL** por força de fatores distintos dos previstos nos itens 11.3 e 11.4;

(ii) a constatação superveniente de erros ou omissões nas **PROPOSTAS (ANEXOS A e B)** da **CONCESSIONÁRIA** ou nos levantamentos que as subsidiaram, inclusive aqueles divulgados pelo **PODER CONCEDENTE**;

(iii) a destruição, roubo, furto ou perda de **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO** e de suas receitas;

(iv) a ocorrência de greves de empregados da **CONCESSIONÁRIA** ou a interrupção ou falha do fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados;

(v) a variação das taxas de câmbio;

(vi) a incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a prestação dos **SERVIÇOS**;

(vii) os custos gerados por condenações ou pelo acompanhamento de ações judiciais movidas por ou contra terceiros;

(viii) os riscos decorrentes da contratação de financiamentos;

(ix) a valorização ou depreciação dos **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**;

(x) a operação do Bus Rapid Transit – BRT;

(xi) a celebração dos Acordos Operacionais e o desempenho das funções de Bilhetagem Eletrônica;

(xii) – a implementação de alterações nos serviços e modificações nos itens operacionais relacionados aos serviços impostas pelo Poder Público.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The signature is cursive and appears to be the name 'M. S. S.'. The stamp is partially obscured by the signature.

11.6 - A **CONCESSIONÁRIA** declara:

(i) ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos na concessão e;

(ii) ter levado esses riscos em consideração na formulação de sua **PROPOSTA COMERCIAL** e de sua **PROPOSTA TÉCNICA**.

11.7 - A **CONCESSIONÁRIA** não terá direito adquirido à estrutura ou ao conteúdo regulamentar ou ao esquema operacional vigentes no momento da assinatura do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

11.8 - Supervenientemente à assinatura do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** não poderá invocar alterações regulamentares ou operacionais para demandar a sua revisão.

11.9 - Cabe a qualquer das partes a iniciativa no procedimento de revisão do equilíbrio econômico financeiro do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

11.10 - A omissão da parte prejudicada em solicitar a revisão do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** importará em renúncia desse direito após o prazo de 5 (cinco) anos contados a partir do evento que der causa ao desequilíbrio.

11.11 - O **PODER CONCEDENTE** procederá de ofício à abertura de processo de revisão do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, juntando aos autos os elementos que possui para demonstrar o desequilíbrio e ouvindo, em seguida, a **CONCESSIONÁRIA**.

11.12 - A **CONCESSIONÁRIA** poderá solicitar a revisão do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, por meio de requerimento fundamentado, no qual fique claramente exposta a natureza do evento que deu origem ao pleito, suas origens e sua inclusão no rol dos eventos relacionados no item 11.3.

11.13 - O requerimento será obrigatoriamente instruído com relatório técnico ou laudo pericial que demonstre o desequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, sob pena de não conhecimento.

11.14 - Recebido o requerimento ou a defesa da **CONCESSIONÁRIA**, o **PODER CONCEDENTE** decidirá, motivadamente, sobre a revisão do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, decisão esta que terá autoexecutoriedade, obrigando as partes, independentemente de decisão judicial.

11.15 - A execução da revisão do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** pode ser implementada pelos seguintes mecanismos, a critério do **PODER CONCEDENTE**:

(i) indenização;

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'M' followed by a long, sweeping horizontal stroke that ends in a small loop.

- (ii) alteração do prazo do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**;
- (iii) revisão geral dos valores das tarifas;
- (iv) redução dos encargos da **CONCESSIONÁRIA** sem redução de qualidade;
- (v) revisão do valor da outorga;
- (vi) combinação dos mecanismos anteriores.

11.16 - As partes poderão, ainda, caso haja consenso, optar, em alternativa à revisão do contrato, pela sua extinção ou pela adoção de outras soluções que envolvam alteração das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (Revisão da Tarifa)

12.01 - Uma vez decorrido o prazo de 12 (doze) meses a contar do vencimento do prazo fixado para início da operação dos serviços previsto no item 4.1, o **PODER CONCEDENTE** realizará processo de revisão da tarifa com o objetivo de rever seu valor em função da verificação da produtividade e eficiência na prestação dos **SERVIÇOS** pela **CONCESSIONÁRIA**.

12.2 - Novos processos de revisão de tarifa de que trata o item 12.01 serão instaurados a cada 4 (quatro) anos, a contar da data em que entrar em vigor a tarifa resultante do processo de revisão em imediatamente anterior.

12.3 - O processo de revisão de tarifa será regulamentado pelo **PODER CONCEDENTE**.

12.4 - Será facultado à **CONCESSIONÁRIA** participar do processo de revisão de tarifa por meio da juntada de alegações, laudos técnicos, financeiros e econômicos, bem como pela participação em audiências e consultas públicas eventualmente realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (Sanções)

13.1 - Pela inexecução total ou parcial do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, bem como pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas e, ainda, das obrigações decorrentes do **EDITAL** e dos respectivos **ANEXOS**, do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** e respectivos **ANEXOS** e dos **ACORDOS OPERACIONAIS**, o **PODER CONCEDENTE**, através da Secretaria Municipal de Transportes, poderá aplicar, dentro dos limites e critérios fixados na presente Cláusula, as sanções referidas no item 13.2, proporcionalmente à gravidade da infração cometida, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da adoção das demais providências cabíveis.

13.2 – As sanções de que trata o item 13.1 são as relacionadas a seguir:

13.2.1 - Advertência;



13.2.2 - Multa de mora de 0,1% (hum décimo por cento) por dia útil sobre o Valor Estimado dos Investimentos (item 18.2) referente à respectiva **Rede de Transportes Regional – RTR**, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis;

13.2.3 - Multa de 2% (dois por cento) sobre o Valor Estimado dos Investimentos (item 19.2) referente à respectiva **Rede de Transportes Regional – RTR**, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

13.2.4 - Suspensão temporária de participação em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.2.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2.6 - A advertência será aplicada nos casos de infração leve e média.

13.2.7 As multas, assim como a suspensão temporária de participação em licitação e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, serão aplicadas nos casos de reincidência e de infração grave, assim entendida aquela cuja gravidade afete a prestação do **SERVIÇO** objeto deste Contrato, como os prazos dos compromissos assumidos na **PROPOSTA TÉCNICA**, a não operação do BRT, na forma prevista neste Contrato ou o não cumprimento dos **ACORDOS OPERACIONAIS**.

13.2.8 - Na definição da gravidade da infração, na fixação da sanção aplicável e na eventual cumulação das sanções correspondentes, o **PODER CONCEDENTE** observará as seguintes circunstâncias, dentre outras que entender pertinentes:

(i) a proporcionalidade entre a intensidade da sanção e a gravidade da inadimplência, inclusive quanto ao número dos usuários atingidos;

(ii) os danos resultantes da inadimplência para os serviços e para os usuários;

(iii) a vantagem auferida pela **CONCESSIONÁRIA** em virtude da inadimplência verificada;

(iv) os antecedentes da **CONCESSIONÁRIA**;

(v) a reincidência específica, assim entendida a repetição de falta de igual natureza após o recebimento de notificação anterior, no prazo de 1 (um) ano, contado da notificação do ato de instauração do processo; e

(vi) as circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da situação, conforme entender o **PODER CONCEDENTE**.

13.2.9 – As multas não terão caráter compensatório ou indenizatório e serão, assim como as demais sanções, aplicadas sem prejuízo da responsabilidade administrativa, civil ou criminal da concessionária.



13.2.10 – Para efeito de determinação do valor das multas, o Valor Estimado dos Investimentos (item 18.2) será corrigido com observância do disposto no item 5.7..

13.2.11 – As multas poderão ser executadas por meio da execução da garantia contratual.

13.2.12 - As sanções estabelecidas nos subitens 13.2.4 e 13.2.5 são da competência do Secretário Municipal de Transporte.

13.3 - A autuação, aplicação ou cumprimento de sanção não desobrigam a **CONCESSIONÁRIA** de corrigir a falta correspondente.

13.4 - Às infrações previstas no Código Disciplinar serão aplicadas as sanções dos eventos nele descritos em substituição, quando for o caso, às multas a que se referem os itens 13.2.2 e 13.2.3.

13.5 – A **CONCESSIONÁRIA** manifesta expressamente neste ato sua concordância em se submeter às sanções impostas pelo **PODER CONCEDENTE**, através da instauração do devido processo legal, com fundamento na legislação, nos regulamentos vigentes, bem como nas suas futuras alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (Recursos)

14.1 - Contra as decisões que resultarem penalidade, a **CONCESSIONÁRIA** poderá apresentar:

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) Caducidade.
- b) Intervenção.
- c) Encampação.
- d) Nulidade.
- e) Aplicação das penas de advertência ou de multa.

II. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, de que não caiba recurso hierárquico.

III. Pedido de Reconsideração, de decisão de Secretário Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

14.2 - A intimação dos atos referidos nos incisos I, II e III será feita mediante publicação na imprensa oficial.



14.3 - A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes as razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos recursos.

14.4 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.5 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (Intervenção)

15.1 – O **PODER CONCEDENTE** poderá intervir na concessão com observância dos requisitos fixados nas normas legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (Extinção da Concessão)

16.1 – A extinção da concessão será regida pelas normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (Fiscalização e Auditoria)

17.1 - A fiscalização da operação dos **SERVIÇOS** caberá à Secretaria Municipal de Transportes, a quem compete à prática de todo e qualquer ato ou diligência que se façam necessários ao exercício dos respectivos poderes de fiscalização.

17.2 – Inclui-se no âmbito dos poderes de fiscalização do **PODER CONCEDENTE** a realização, a qualquer tempo, sempre que entender conveniente, de auditoria nos sistemas utilizados pela **CONCESSIONÁRIA**, acessando todos os registros e dados que entender necessários, desde que relacionados com os serviços concedidos, aí incluídos os registros e dados de natureza operacional, contábil, administrativa, financeira e de controle.

17.3 – O **PODER CONCEDENTE** poderá, a seu exclusivo critério, solicitar à **CONCESSIONÁRIA** a contratação, às expensas da própria **CONCESSIONÁRIA**, de empresa de Auditoria independente idônea e de notória especialização para a realização da auditoria referida no item 17.2.

17.4 – A **CONCESSIONÁRIA** se submeterá a todas as medidas, processos e procedimentos da Fiscalização e Auditoria. Os atos de fiscalização e auditoria executados pelo **PODER CONCEDENTE** e/ou por seus prepostos, não eximem a **CONCESSIONÁRIA** de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas e especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

17.5 - A **CONCESSIONÁRIA** declara aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização e pela Auditoria, bem como por qualquer órgão da Administração Municipal, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e



comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

17.6 - Compete à **CONCESSIONÁRIA** fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização e à Auditoria todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho dos serviços. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

17.7 - Os atos de fiscalização e auditoria executados pelo Poder Público e/ou por seus prepostos, não eximem a **CONCESSIONÁRIA** de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas e especificações, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

17.8 - A atuação fiscalizadora do **PODER CONCEDENTE**, assim como a realização da auditoria prevista no item 17.2, em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONCESSIONÁRIA** no que concerne aos **SERVIÇOS**, à sua execução e às conseqüências e implicações, próximas ou remotas, perante o **PODER CONCEDENTE**, ou, ainda, perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará em co-responsabilidade da Fiscalização ou do **PODER CONCEDENTE**, bem como de seus prepostos.

17.9 - A atuação fiscalizadora prevista nesta Cláusula será exercida também no que se refere ao cumprimento pelas concessionárias das obrigações assumidas nos Acordos Operacionais referidos na Cláusula Vigésima Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA (Valores)

18.1. O Valor Estimado da Concessão equivale, nesta data, a R\$ 4.468.769.760,10 (quatro bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e sessenta reais e dez centavos).

18.1.1 - Considera-se Valor Estimado da Concessão o total estimado das receitas da **CONCESSIONÁRIA** durante o prazo de vigência da concessão.

18.2 - O Valor dos Estimado dos Investimentos referentes à concessão equivale, nesta data, a R\$ 510.090.387,86 (quinhentos e dez milhões, noventa mil, trezentos e oitenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

18.2.1 - Considera-se Valor Estimado dos Investimentos o total estimado dos investimentos em infraestruturas, veículos, sistemas e equipamentos em geral realizados pela **CONCESSIONÁRIA** e que serão amortizados durante o prazo de vigência da concessão.

18.3 - Fica expressamente esclarecido que o valor referido, nos itens anteriores, foram fixados, com base em cálculos e projeções elaborados pelo **PODER CONCEDENTE** nos autos do processo administrativo nº 03/001.032/2010, constando do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** em cumprimento das normas financeiras e orçamentárias impostas ao Poder



Público, não servindo, em conseqüência, para assegurar qualquer direito à **CONCESSIONÁRIA**, que deverá elaborar seus próprios cálculos e projeções, por sua conta e risco.

18.4 – Fica também expressamente esclarecido que a remuneração anual estimada pode sofrer alterações em decorrência do disposto no **EDITAL** e respectivos **ANEXOS** e na regulamentação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA (Transferência da concessão e do controle societário da Concessionária)

19.1 - A transferência da concessão ou do controle societário da **CONCESSIONÁRIA**, sem prévia anuência do **PODER CONCEDENTE**, implicará a caducidade da concessão, sem prejuízo da imposição das demais penalidades cabíveis e das eventuais perdas e danos.

19.2 - Para fins de obtenção da anuência de que trata o item anterior, o pretendente deverá:

(I) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção dos **SERVIÇOS**; e

(II) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

19.2.1. - O **PODER CONCEDENTE** só apreciará eventuais pedidos formulados na forma dos itens 19.1 e 19.2 se a **CONCESSIONÁRIA** assumir responsabilidade integral e solidária pelo cumprimento das obrigações decorrentes dos **ACORDOS OPERACIONAIS** referidos na Cláusula Vigésima Primeira pelo novo concessionário ou pelo novo controlador, conforme o caso.

19.3 - O **PODER CONCEDENTE** poderá autorizar a assunção do controle da **CONCESSIONÁRIA** por seus financiadores para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos **SERVIÇOS**.

19.3.1 - Na hipótese prevista no item 19.3, o **PODER CONCEDENTE** exigirá dos financiadores que atendam às exigências de regularidade jurídica e fiscal, bem como ao disposto no item 19.2.1, dispensando-se, a critério do **PODER CONCEDENTE**, os requisitos de capacidade técnica e econômica, se necessário para a preservação da continuidade dos **SERVIÇOS**.

19.3.2 - O **PODER CONCEDENTE** poderá exigir dos financiadores termo de compromisso dispondo que os **SERVIÇOS** continuarão a se processar nos termos em vigor presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

19.4 - A assunção do controle autorizada na forma desta Cláusula não alterará as obrigações da **CONCESSIONÁRIA** e de seus controladores ante ao **PODER CONCEDENTE**.



19.5 - Deverão ser submetidos à prévia aprovação do **PODER CONCEDENTE** todos os acordos de acionistas ou instrumentos semelhantes que venham a ser celebrados para disciplinar o direito de voto e a transferência de ações da **CONCESSIONÁRIA**, bem como seus respectivos aditamentos, que possam afetar direta ou indiretamente a concessão ou que resultem em eventual transferência da concessão ou do controle societário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – (Contratação de Terceiros)

20.1 – Sem prejuízo da responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** pelos prejuízos causados ao **PODER CONCEDENTE**, aos usuários ou a terceiros, a **CONCESSIONÁRIA** poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos **SERVIÇOS**, bem como a implementação de eventuais projetos associados.

20.1.1 – Os contratos referidos no item 20.1 serão regidos pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre terceiros e o **PODER CONCEDENTE**.

20.1.2 – A execução das atividades contratadas por terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA (Acordos Operacionais)

21.1 – Como uma das condições prévias à assinatura do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** celebrou os seguintes acordos com as concessionárias das demais **Redes de Transportes Regionais - RTRs**: (i) Acordo Operacional com a finalidade de disciplinar o desempenho de obrigações comuns a todas as **Redes de Transportes Regionais – RTRs** no que se refere ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica, notadamente, dentre outros aspectos, com relação à interoperabilidade, designado **ACORDO OPERACIONAL – BILHETAGEM ELETRÔNICA**, e que constitui o **ANEXO C** ao presente instrumento; e (ii) Acordo Operacional com a finalidade de disciplinar o desempenho de obrigações comuns a todas as **Redes de Transportes Regionais – RTRs**, na forma estabelecida pela legislação municipal, não abrangidas pelo inciso (i), designado **ACORDO OPERACIONAL – OBRIGAÇÕES COMUNS**, e que constitui o **ANEXO D** ao presente instrumento.

21.2 – O **ACORDO OPERACIONAL – BILHETAGEM ELETRÔNICA (ANEXO C)** contém as normas de operação do sistema de bilhetagem eletrônica com observância da Lei, da regulamentação aplicável, do **EDITAL** e respectivos **ANEXOS** e do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** e respectivos **ANEXOS**, além de prever a responsabilidade solidária dos respectivos subscritores por todas as obrigações dele decorrentes.

21.2.1 – A **CONCESSIONÁRIA** reconhece que, na forma da Lei, o exercício das funções de Bilhetagem Eletrônica pressupõe absoluta transparência de dados, estando sujeito a fiscalização e auditoria do Poder Público na forma prevista Cláusula Décima Sétima do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**.



21.3.2 – As normas de operação do sistema de Bilhetagem Eletrônica referidas no item 21.2 deverão contemplar e viabilizar a implantação e operação do Bilhete Único Municipal na forma prevista no **EDITAL** e respectivos **ANEXOS**.

21.4 – O ACORDO OPERACIONAL – OBRIGAÇÕES COMUNS contém a obrigação, assumida pelos respectivos subscritores, de cumprir fielmente e de forma coordenada, as obrigações comuns a todas as concessionárias decorrentes da Lei, da regulamentação aplicável, do **EDITAL** e respectivos **ANEXOS**, e do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** e respectivos **ANEXOS**, além de prever a responsabilidade solidária dos respectivos subscritores por todas as obrigações dele decorrentes.

21.5 – Eventuais alterações aos ACORDOS OPERACIONAIS referidos nesta cláusula deverão ser previamente submetidas à aprovação do **PODER CONCEDENTE**.

21.6 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONCESSIONÁRIA** nos ACORDOS OPERACIONAIS referidos nesta Cláusula está sujeita à imposição das sanções cabíveis, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – (Consórcio)

22.1 - O presente instrumento é assinado por Consórcio regido pelo documento que constitui o **ANEXO F**, apresentado pelas empresas integrantes do Consórcio, ao presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

22.2 - Eventuais alterações ao **ANEXO F**, deverão ser previamente submetidas à aprovação do **PODER CONCEDENTE**.

22.2.1 – O descumprimento do disposto no item 22.2 implicará na imposição das penalidades cabíveis e das eventuais perdas e danos.

22.3 – A **CONCESSIONÁRIA** deverá obedecer a padrões de governança e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, na forma da regulamentação aplicável.

22.4 – A transferência da concessão e do controle societário da **CONCESSIONÁRIA** é regida pela Cláusula Décima Nona.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA (Bens vinculados à concessão e bens reversíveis)

23.1 - Na data de início da prestação dos **SERVIÇOS** e ao longo da vigência do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá dispor dos **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO** (item 23.1.1) em condições de operação, em conformidade **EDITAL**, respectivos **ANEXOS** e com o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** e respectivos **ANEXOS**, bem como com a regulamentação baixada pelo **PODER CONCEDENTE**.



23.1.1 – Consideram-se **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO** os bens, necessários à prestação adequada e contínua dos **SERVIÇOS**.

23.2 - Os **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO** deverão ser permanentemente inventariados pela **CONCESSIONÁRIA**.

23.3 - Ao longo de toda a vigência do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá manter os **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO** em condições adequadas de uso, de modo a que sejam respeitadas as normas técnicas relativas à saúde, segurança, higiene, conforto e sustentabilidade ambiental, entre outros parâmetros essenciais à sua boa utilização.

23.4 - A **CONCESSIONÁRIA** poderá alienar os **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**, sem prévia anuência do **PODER CONCEDENTE**.

23.4.1 - A dispensa prevista no item 23.4 não abrange os veículos descritos no **ANEXO I** ao **EDITAL**, cuja venda e eventual substituição dependerá de prévia anuência do **PODER CONCEDENTE**.

23.5 – As partes realizarão no intervalo de máximo de 3 (três) anos, contados do início da execução dos **SERVIÇOS**, revisão dos parâmetros de **ATUALIDADE** (item 23.5.1) com a finalidade de incorporar à concessão as inovações tecnológicas supervenientes à celebração do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**, que possibilitem o melhor atendimento dos usuários, o incremento da preservação do meio ambiente ou a redução dos custos na execução dos **SERVIÇOS**.

23.5.1 – Entende-se por **ATUALIDADE** o direito dos usuários à prestação dos **SERVIÇOS** por meio de equipamentos e instalações modernas, que, permanentemente, ao longo da concessão, acompanhem as inovações do desenvolvimento tecnológico, notadamente no que se refere à sustentabilidade ambiental dos equipamentos utilizados, e que assegurem o perfeito funcionamento, melhoria e expansão dos **SERVIÇOS**.

23.6 – Consideram-se **BENS REVERSÍVEIS** são os bens que ao término do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** serão devolvidos ao patrimônio do Poder Público com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços.

23.6.1 - São **BENS REVERSÍVEIS** todos os bens, independentemente da sua natureza, assim como as respectivas acessões e benfeitorias, entregues pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**.

23.6.1.1 – O **PODER CONCEDENTE** manterá inventário atualizado dos bens entregues à **CONCESSIONÁRIA** na forma do item 23.6.1.

23.7 - No caso de oneração de qualquer dos **BENS REVERSÍVEIS** em razão de ordem judicial, ou outra circunstância alheia ao controle e à vontade da **CONCESSIONÁRIA**, esta se obrigará a:



(I) notificar imediatamente o **PODER CONCEDENTE** sobre a constituição do ônus ou gravame, as razões de tal constituição e as medidas que estão sendo tomadas pela **CONCESSIONÁRIA** para desconstituir o ônus ou gravame; e

(II) indicar outro bem para substituir o **BEM REVERSÍVEL** sobre o qual recair o ônus ou gravame.

23.8 - Extinta a concessão, retornam ao **PODER CONCEDENTE** os **BENS REVERSÍVEIS**.

23.8.1- Não caberá à **CONCESSIONÁRIA** qualquer indenização pela reversão dos **BENS REVERSÍVEIS**, ressalvado o caso das parcelas dos investimentos vinculados a **BENS REVERSÍVEIS**, ainda não amortizados ou depreciados, realizados com o objetivo de garantir a continuidade e **ATUALIDADE** dos **SERVIÇOS**, desde que devidamente comprovados e autorizados pelo Poder Concedente.

23.8.2 - Os bens revertidos ao **PODER CONCEDENTE** ao final da concessão deverão estar em perfeitas condições de operacionalidade e utilização, observados os requisitos estabelecidos no presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** e nos regulamentos editados pelo **PODER CONCEDENTE**.

23.8.3 - No prazo de 8 (oito) meses anteriores à extinção da concessão o **PODER CONCEDENTE** elaborará o Relatório Provisório de Reversão.

23.8.3.1 - O Relatório Provisório de Reversão retratará a situação dos **BENS REVERSÍVEIS** e determinará a sua aceitação ou a sua substituição, antes da extinção da concessão.

23.8.3.2 - O Relatório Provisório de Reversão fixará os prazos em que as eventuais substituições serão efetivadas.

23.8.3.3 - As substituições deverão ser devidamente justificadas, especialmente quanto a sua conveniência, necessidade e economicidade.

23.8.3.4 - O Relatório Provisório de Reversão deverá especificar, quando for o caso, eventuais indenizações devidas à **CONCESSIONÁRIA** por ocasião da extinção do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

23.9 - Extinta a concessão, verificado o integral cumprimento das determinações do Relatório Provisório de Reversão, o **PODER CONCEDENTE** elaborará o Relatório Definitivo de Reversão, com o objetivo de liberar a **CONCESSIONÁRIA** de todas as obrigações inerentes à reversão de bens.

23.9.1 - Enquanto não expedido o Relatório Definitivo de Reversão não será liberada a garantia de que trata a Cláusula Sétima.

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized initials and a long horizontal flourish extending to the right.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA (Disposições Gerais)

24.1 - Caso o **PODER CONCEDENTE** seja, por qualquer forma, chamado a responder por obrigações de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, o **PODER CONCEDENTE** terá direito de regresso contra a **CONCESSIONÁRIA**, ficando autorizado a reter a garantia contratual.

24.2 – A prestação dos **SERVIÇOS** e sua execução, operação e exploração estão sujeitas às incidências tributárias previstas na legislação aplicável.

24.3 - O **PODER CONCEDENTE** estabelecerá, nos termos da Lei e através de regulamento próprio, as formas de eventuais contrapartidas às gratuidades previstas na legislação para o serviço de transporte coletivo de passageiros por ônibus.

24.4 – De acordo com as disposições do **EDITAL** e dos respectivos **ANEXOS**, a operação dos **SERVIÇOS** pressupõe a operação dos BRT – Bus Rapid Transit que venham a ser instituídos nas diversas **Redes de Transportes Regionais-RTRs**, constituindo dever dos concessionários.

24.5 – Entende-se por BRT – Bus Rapid Transit o sistema tronco-alimentado constituído por vias segregadas do tráfico geral, com prioridade de circulação em intersecções viárias, exclusividade para a circulação de veículos de alta capacidade, garagens, estações especiais que permitem o rápido e massivo embarque e desembarque de passageiros e o pagamento de tarifa fora dos veículos.

24.6 – A **CONCESSIONÁRIA** assume o dever de operar os BRTs - Bus Rapid Transit correspondentes à respectiva **Rede de Transportes Regional – RTR**, de forma integral ou proporcional, se for o caso, operados pro-rata, segundo o mercado atendido em cada região. Se os BRTs - Bus Rapid Transit corresponderem a mais de uma **Rede de Transportes Regional – RTR**, a **CONCESSIONÁRIA** se obriga a compartilhar a operação dos serviços com as concessionárias da(s) outra(s) **Rede(s) de Transportes Regional(is)– RTR** envolvida(s), de acordo com a regulamentação estabelecida pelo **PODER CONCEDENTE**.

24.7 – O não cumprimento ou o atraso de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** no cumprimento do dever de operação dos BRT – Bus Rapid Transit na forma estabelecida pelo **PODER CONCEDENTE** configura hipótese de violação de obrigação contratual, sujeitando a **CONCESSIONÁRIA** à caducidade da concessão e/ou aplicação das demais sanções cabíveis, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, ficando o **PODER CONCEDENTE** autorizado a instaurar os competentes processos licitatórios com o fim de evitar qualquer prejuízo ao interesse público.

24.8 – O disposto nos itens 24.4 a 24.7 abrange os BRT – Bus Rapid Transit referidos no **ANEXO I** ao **EDITAL**, bem como todos os outros que vierem a ser implantados pelo Poder Público durante a vigência da concessão.



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 - Ressalvado o disposto no item 11.10, o não exercício ou o exercício intempestivo ou parcial de qualquer direito que assista a qualquer das partes, ao abrigo do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** não importa a renúncia desse direito, não impede seu exercício posterior, nem constitui moratória ou novação da respectiva obrigação.

25.2 - As comunicações entre as partes serão efetuadas por escrito e remetidas:

- (i) em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- (ii) por fax, desde que comprovada a recepção;
- (iii) por correio registrado, com aviso de recebimento; e
- (iv) por correio eletrônico, desde que comprovada a recepção.

25.3 - Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, os seguintes endereços e números de fax:

1. **PODER CONCEDENTE**: Rua Dona Mariana, 48, 7º andar, fax - 21 – 2535-5031, e-mail: dad-smtr@rio.rj.gov.br.

2. **CONCESSIONÁRIA**: Estrada do Gabinal, 1395 – Freguesia – Jacarepaguá, fax: 21 – 2445-2210, e-mail : diretoria@gruporedentor.com.br.

25.3.1 - Qualquer das partes poderá modificar o seu endereço e número de fax, mediante comunicação à outra parte, nos moldes ora preconizados.

25.4 - Na contagem dos prazos referidos no presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** e nos respectivos **ANEXOS**, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade.

25.4.1 - Os prazos estabelecidos em dias no presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** e nos respectivos **ANEXOS**, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

25.5 - Havendo inconsistências, incoerências, contradições ou conflitos entre o que consta do texto do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** e o texto dos respectivos **ANEXOS**, bem como com o texto do **EDITAL** e/ou dos respectivos **ANEXOS** ou, ainda, dos **ANEXOS** entre si, deverá prevalecer o significado constante do documento considerado, ou seja, aquele no qual o texto estiver inserido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA (Publicação)

26.1 - O **PODER CONCEDENTE** promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura, às expensas da **CONCESSIONÁRIA**.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA (Fiscalização Financeira e Orçamentária).

27.1. O **PODER CONCEDENTE** providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao órgão de controle interno do Município no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua publicação.

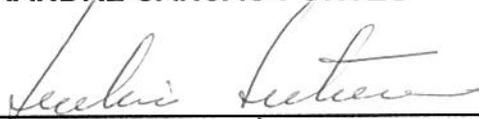
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA (Foro)

28.1. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja. As partes assinam o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO** em 5 (cinco) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2010.

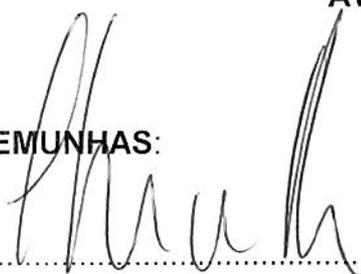


CONCEDENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
ALEXANDRE SANSÃO FONTES



CONCESSIONÁRIA
VIAÇÃO REDENTOR LTDA
AVELINO ANTUNES

TESTEMUNHAS:



.....
EDUARDO PAES
PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



.....
Nome: LUIZ ANTONIO CHRISPIM GUARANÁ
CPF: 888.234.317-00
IDENT.: 06.242.801-6 IFP



.....
Nome: OCTACÍLIO DE ALMEIDA MONTEIRO
CPF: 129.230.607-68
IDENT.: 25821 OAB/RJ

ANEXO

(A)



CONSORCIO
METROPOLITANO DE
TRANSPORTES

000024

Processo n.º	0 0 0 3 / 0 0 1 * 0 5 2 / 2 0 1 0
Data de Anulação	2 8 / 0 4 / 2 0 1 0 - 3 6 4 4 - R
Rubrica	

DECLARAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

À Comissão Especial de Licitação
Rua D. Mariana n.º 48/7.º andar
Botafogo - Rio de Janeiro

Ref.: Concorrência n.º. 10/2010
RTR n.º 04

Prezados Senhores,

O CONSÓRCIO TRANS CARIOCA DE TRANSPORTES, representado neste ato pela empresa líder VIAÇÃO REDENTOR LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Gabinal, n.º 1395, Jacarepaguá, CEP 22760-151, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.103.862/0001-07, conforme seu contrato social, arquivado na junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 3320262156-9, telefone 21 2445-0910, email: diretoria@gruporedentor.com.br representada por seus Diretores Avelino Antunes, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade do rio de Janeiro, portador da cédula de identidade de n.º 1326483-3, expedida pelo IFP, inscrito no CPF sob o n.º 001578647-15, e Getúlio Antunes, brasileiro, casado comerciante, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, portador da cédula de identidade de n.º 1.624813-0, expedida pelo IFP, inscrito no CPF sob o n.º 000.757.287-53, vem, pela presente, submeter à apreciação de V.Sas. sua PROPOSTA COMERCIAL referente a RTR n.º 04 (quatro) referenciada a 14 de junho de 2010, relativa ao valor ofertado para pagamento do ônus pela CONTRAPARTIDA da CONCESSÃO (VALOR DA CONTRAPARTIDA)

VALOR DA CONTRAPARTIDA EM REAIS: R\$0,00

VALOR DA CONTRAPARTIDA POR EXTENSO: ZERO REAIS

Estr. do Gabinal 1.395 Freguesia Jacarepaguá Rio de Janeiro RJ
Tel.: 21 2445-0910 CEP 22763-152



CONSORCIO
METROPOLITANO DE
TRANSPORTES

000025

Processo n.º	0 0 0 3 / 0 0 1 - 0 3 2 / 2 0 1 0		
Data de Assinatura	2 8 / 0 4 / 2 0 1 0	3 6 4 5 -	Fzs
Rubrica			

O VALOR DA CONTRAPARTIDA deverá ser expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso. Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e por extenso, contidos na proposta, prevalecerá este último.

O pagamento do VALOR DA CONTRAPARTIDA deverá ser efetivado através de depósito na conta corrente no 295.198-3, de titularidade do Tesouro Municipal, no Banco do Brasil (001), agência 2234-9 em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira na data da assinatura do presente contrato e as demais a cada 30 (trinta) dias.

As parcelas referentes ao VALOR DA CONTRAPARTIDA reajustadas sempre que ocorrer aumento da tarifa na forma prevista no Edital, com base no mesmo percentual de reajuste tarifário.

O atraso no pagamento de qualquer das parcelas do VALOR DA CONTRAPARTIDA sujeitará a CONCESSIONÁRIA a imposição das penalidades previstas no Edital, podendo, a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Transportes importar a extinção da concessão, por caducidade, quando superior a 30 (trinta) dias.

A TIR (Taxa Interna de Retorno) adotada na elaboração do meu estudo de viabilidade financeira é:

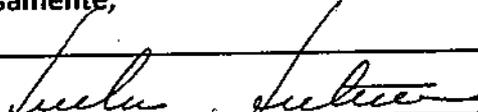
Número da RTR	Valor da TIR	
	Em %	Por Extenso
04 (Quatro)	10,22%	Dez vírgula vinte e dois por cento

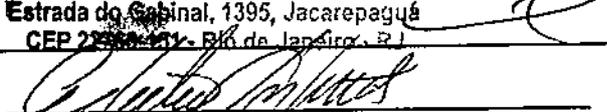
A TIR não poderá ser superior a 12% (doze por cento) ao ano, não-alavancada (sem consideração de juros e financiamentos).

Rio de Janeiro, 26/07/2010
Atenciosamente,

VIAÇÃO REDENTOR LTDA.
CNPJ 33.103.862/0001-07
NIRE 3320262156-9
Telefone/Fax: 21 2445-0910
Email: diretoria@gruporedentor.com.br
Estrada do Gabinal, 1395, Jacarepaguá
CEP 22763-152 - Rio de Janeiro - RJ




CONSÓRCIO TRANS CARIOCA DE TRANSPORTES
EMPRESA LÍDER - VIAÇÃO REDENTOR LTDA
Representante Legal - Avelino Antunes
RG - 1326483-3, expedida pelo IFP
CPF - 001.578.647-15


CONSÓRCIO TRANS CARIOCA DE TRANSPORTES
EMPRESA LÍDER - VIAÇÃO REDENTOR LTDA
Representante Legal - Getúlio Antunes
RG - 1.624813-0, expedida pelo IFP
CPF - 000.757.287-53

Estr. do Gabinal 1.395 Freguesia Jacarepaguá Rio de Janeiro RJ
Tel.: 21 2445-0910 CEP 22763-152

ANEXO

(B)

Processo nº 00051001.0321/2010
 Data de Abertura 28 NOV 2010
 3206

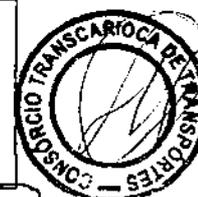
CONCORRÊNCIA SMTR Nº 10/2010 - PROPOSTA TÉCNICA - FORMULÁRIO

LICITANTE: CONSÓRCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES (EMPRESA LÍDER VIAÇÃO REDENTOR LTDA)

CNPJ Nº: 33103862/0001-07(CNPJ DA EMPRESA LÍDER)

RTR Nº 04 (QUATRO)

PRAZO DE ADEÇÃO AO PROGRAMA ECONOMIZAR, A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO (ANOS)	01 (HUM) ANO
PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DE GPS, A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO (MESES)	06 (SEIS) MESES
PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DE CÂMERA INTERNA DE VÍDEO, A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO (MESES)	06 (SEIS) MESES
PRAZO PARA ADAPTAÇÃO DA FROTA À NBR 14022, A PARTIR DO INÍCIO DA OPERAÇÃO DA RTR (DATA)	DEZEMBRO DE 2012
PRAZO PARA ADAPTAÇÃO DOS TERMINAIS À NBR-9050, A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO (MESES)	06 (SEIS) MESES
PRAZO DE IMPLANTAÇÃO DO BILHETE ÚNICO, A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO (DIAS)	60 DIAS
PERCENTUAL DE ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA OPERACIONAL, A PARTIR DO INÍCIO DA OPERAÇÃO DA RTR (%)	90% (NOVENTA POR CENTO)





CONSORCIO
METROPOLITANO DE
TRANSPORTES

000094
Processo n.º 0003 / 001.0321 7410
Data de Mat.º 28/07/2010
Rubrica 3207

PRAZO PARA TREINAMENTO/RECICLAGEM DOS MOTORISTAS (MESES)	MAIO DE 2011
TEMPO DE EXPERIÊNCIA EM OPERAÇÃO (ANO)	> 20 ANOS
EXPERIÊNCIA EM OPERAÇÃO (% VEÍCULOS)	> 100 %
CERTIFICAÇÃO ISO-9000 (%)	< 10%
PERCENTAGEM DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS UTILIZANDO VALE-TRANSPORTE ELETRÔNICO (%)	> 100 %

Rio de Janeiro, 28/07/2010

Atenciosamente,



[Signature]
CONSORCIO TRANS CARIOCA DE TRANSPORTES
EMPRESA LÍDER - VIAÇÃO REDENTOR LTDA
Representante Legal - Avelino Antunes
RG - 1326483-3, expedida pelo IFP
CPF - 001.578.647-15

[Signature]
CONSORCIO TRANS CARIOCA DE TRANSPORTES
EMPRESA LÍDER - VIAÇÃO REDENTOR LTDA
Representante Legal - Getúlio Antunes
RG - 1624813-0, expedida pelo IFP
CPF - 000.757.287-53

82 OFICIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira
Rua da Assembleia, 10 - 55.114 - Rio de Janeiro - RJ. Reconhecido
por AUTENTICIDADE as firmas de: GETULIO ANTUNES e AVELINO ANTUNES
Cod: 02129342FF15
Rio de Janeiro, 29 de Julho de 2010. Conf. por:
Em testemunho da verdade.

ADRIANO JOSE DA SILVA

Serventia
30% TJ+FUND
Total

8.º Ofício de Notas
Adriano José da Silva
CPF 967.591.5085
RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS
NJB AT
QBP13649
RECONHECIMENTO DE ASSINATURAS
CONSORCIO TRANS CARIOCA DE TRANSPORTES
NJB AT
QBP13650

ANEXO

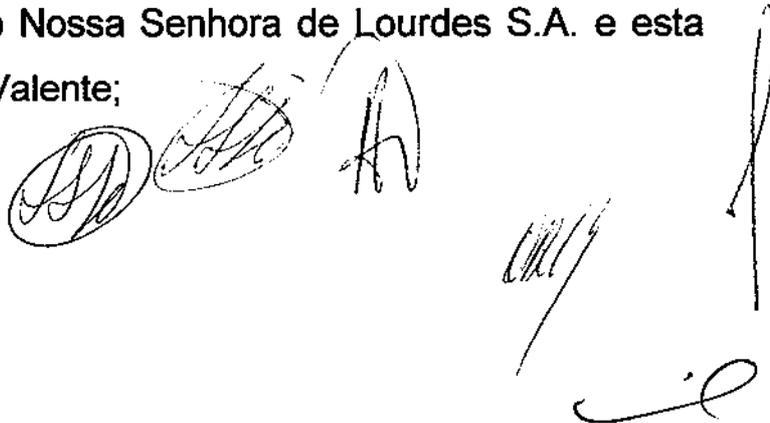
(C)

ACORDO OPERACIONAL DE BILHETAGEM ELETRÔNICA

Através do presente instrumento particular, os Consórcios a seguir qualificados:

- **CONSORCIO INTERSUL DE TRANSPORTES**, estabelecido na Rua da Assembléia, nº 10, sala 3911, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 12.464.869/0001-76, devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.5.0002563-8, neste ato, representado pela empresa líder Real Auto Ônibus Ltda. e esta por Cláudio Callak Coelho;

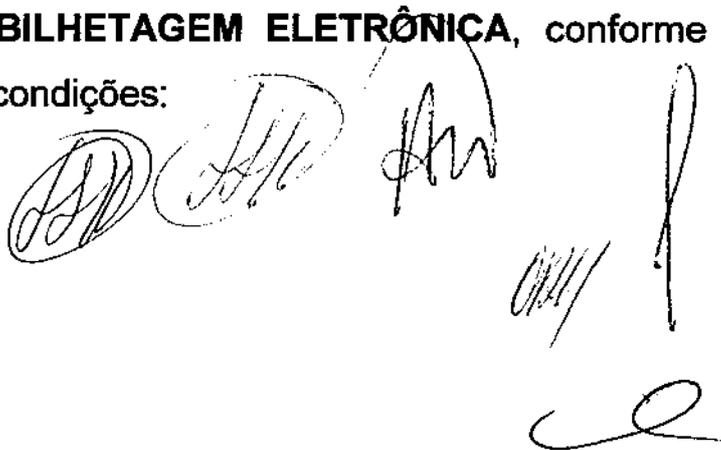
- **CONSORCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES**, estabelecido na Rua da Assembléia, nº 10, sala 3911, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 12.464.539/0001-80, devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.5.0002562-0, neste ato, representado pela empresa líder Viação Nossa Senhora de Lourdes S.A. e esta por Humberto Fernandes Valente;

The image shows several handwritten signatures in black ink. On the left, there are three distinct signatures, likely representing the Real Auto Ônibus Ltda. consortium. On the right, there are two more signatures, likely representing the Viação Nossa Senhora de Lourdes S.A. consortium. The signatures are written in a cursive, flowing style.

- **CONSORCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES**, estabelecido na Rua da Assembléia, nº 10, sala 3911, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 12.464.553/0001-84, devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.5.0002561-1, neste ato, representado pela empresa líder Viação Redentor Ltda. e esta por Avelino Antunes; e

- **CONSORCIO SANTA CRUZ TRANSPORTES**, estabelecido na Rua da Assembléia, nº 10, sala 3911, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 12.464.577/0001-33, devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.5.0002560-3, neste ato, representado pela empresa líder Expresso Pégaso Ltda. e esta por Orlando Pedroso Lopes Marques,

têm justo entre si certo e ajustado, firmar, com fundamento nas regras constantes dos itens 11.01, (iv), 19.04 e 31 do Edital de Concorrência Pública nº CO 010/2010, lançado pelo Município do Rio de Janeiro, através da sua Secretaria Municipal de Transportes, para delegação, mediante concessão, da prestação de Serviço Público de Passageiros por Ônibus – SPPO-RJ, **ACORDO OPERACIONAL DE BILHETAGEM ELETRÔNICA**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

The image shows five handwritten signatures in black ink. From left to right: a circular signature, a signature starting with 'A', a signature starting with 'O', a signature starting with 'M', and a signature starting with 'C'. These signatures are positioned below the text of the agreement.

CLAÚSULA PRIMEIRA – Conforme compromisso firmado entre os Consórcios, constante do modelo E, do Anexo V, do Edital de Concorrência Pública nº CO 010/2010, declaração já apresentada pelos licitantes com documentação de habilitação, item 11.01, (iv), os Consórcios comprometeram-se a celebração Acordo Operacional – Bilhetagem Eletrônica, com a finalidade de disciplinar o desempenho de obrigações comuns a todas as quatro Redes de Transportes Regionais – RTRs, no que se refere ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

CLAÚSULA SEGUNDA – Os Consórcios deverão fornecer toda a estrutura, equipamentos, softwares, treinamentos e demais itens necessários ao funcionamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, através da contratação de um agente tecnológico (empresa operadora de Sistemas de Bilhetagem Eletrônica).

CLAÚSULA TERCEIRA – Todos os veículos deverão ser equipados com equipamentos e sistemas eletrônicos ao pleno funcionamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

CLAÚSULA QUARTA – Assim, os Consórcios acordam em delegar a emissão, comercialização e distribuição do Vale-Transporte, consoante o art. 5º, da Lei nº 7.418/85, à Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro – FETRANSPOR, a ser utilizado pelos usuários no Serviço Público de Passageiros por Ônibus – SPPO-RJ, cuja execução será delegada, mediante concessão a ser firmada com o Município do Rio de Janeiro, por haverem-se tornado vencedores da Concorrência Pública nº CO 010/2010.



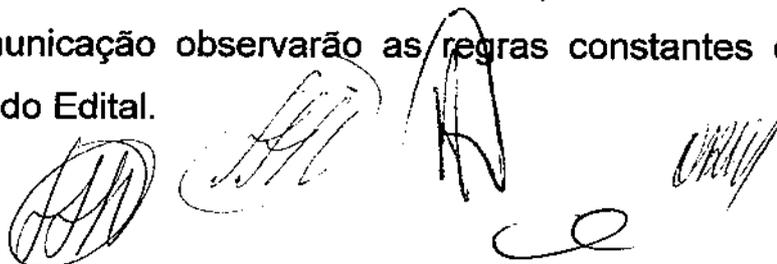
CLAÚSULA QUINTA – Do mesmo modo, os Consórcios acordam em delegar a emissão de Rio Card para o exercício de gratuidades previstas no Serviço Público de Passageiros por Ônibus – SPPO – RJ do Município do Rio de Janeiro.

CLAÚSULA SEXTA – A delegação da execução dos referidos atos implica no gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, com Central de Controle, onde são processados, em hardware e software específicos, todos os dados gerados pelo Sistema, nos termos da Lei municipal nº 3.167/2000.

CLAÚSULA SÉTIMA – Os Consórcios deverão disponibilizar acesso ao Poder Concedente municipal, através de sistema de consulta via relatórios diários, conforme funcionalidades descritas no Anexo VIII do Edital de Concorrência Pública nº CO 010/2010 e do Regulamento dos Serviços.

CLAÚSULA OITAVA – Os Concessionários deverão fornecer doze equipamentos (microcomputadores), dotados com softwares básicos (Sistema Operacional Windows) e aplicativos (Microsoft Office), treinamentos e demais itens necessários à análise dos relatórios disponibilizados ao Poder Concedente municipal.

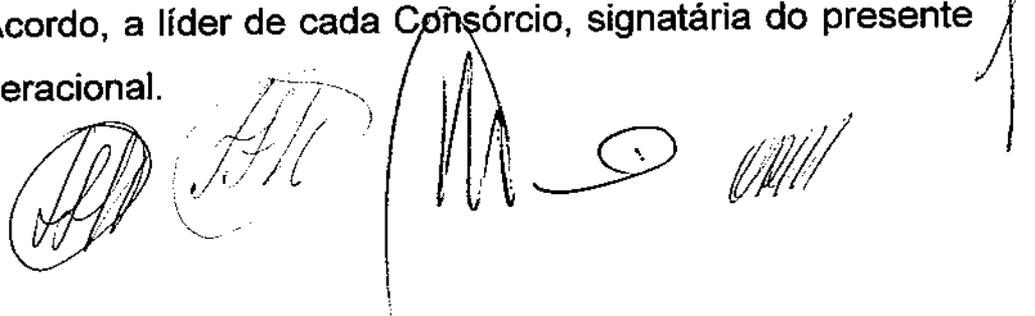
CLAÚSULA NONA – A Central de Operação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, estrutura de garagens, estrutura de distribuição e comercialização de cartões eletrônicos, estrutura de atendimento ao usuário, estrutura embarcada, cartões inteligentes, redes de comunicação observarão as regras constantes do item 7.2, Anexo III, do Edital.



CLAÚSULA DÉCIMA – Os Consórcios obrigam-se a viabilizar a implantação e operação do Bilhete Único Municipal, em que o pagamento da tarifa fixada no valor de R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) confere ao usuário do Bilhete Único Municipal o direito a uma viagem, entendendo por viagem o deslocamento unidirecional entre uma viagem e um destino, não sendo incluído o retorno, que é considerado uma outra viagem, além de que o direito a uma viagem possibilita a utilização dos ônibus integrantes do sistema municipal de transporte coletivo de passageiros do Município, de um ou mais operadores, permissionário ou concessionário, para um transbordo em duas horas.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Se por qualquer razão houver termino da concessão outorgada à empresa consorciada, licitante vencedora para determinada Rede de Transporte Regional – RTR, todas as concessionárias das demais Redes de Transportes Regionais – RTRs, através dos respectivos consórcios, deverão firmar acordo com a nova concessionária para esta ingresse, nas mesmas condições originais nos Acordos Operacionais.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – Para os efeitos do item 31.02.1, do Edital de Concorrência Pública nº CO 010/2010, fica indicada, como empresa responsável pela coordenação e execução do presente Acordo, a líder de cada Consórcio, signatária do presente Acordo Operacional.

The image shows five distinct handwritten signatures in black ink, arranged horizontally. From left to right: the first is a circular signature with a central dot; the second is a signature with a large, sweeping initial 'A'; the third is a signature with a large, vertical 'M' and a horizontal stroke; the fourth is a signature with a large 'E' and a horizontal stroke; the fifth is a signature with several vertical, parallel strokes.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – O prazo de duração do presente Acordo é o mesmo contrato de concessão, que é de 20 (vinte) anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão entre o Município do Rio de Janeiro e os Consórcios, prazo que poderá ser prorrogado, uma única vez, por novo período de 20 (vinte) anos.

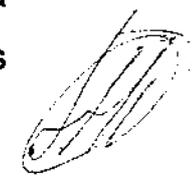
CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – O presente Acordo Operacional – Bilhetagem Eletrônica deverá ser previamente submetido à aprovação do Poder Público, assim como suas eventuais alterações.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – Os Consórcios comprometem-se a empregar todos os esforços para a perfeita execução do presente Acordo e responderão solidariamente por todas as obrigações dele decorrentes.

E por estarem justos e acordados firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus regulares efeitos.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2010.


CONSORCIO INTERSUL DE TRANSPORTES



CONSORCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES

CONSORCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES

CONSORCIO SANTA CRUZ TRANSPORTES

TESTEMUNHAS:

.....

NOME:

IDENT.:

CPF:

.....

NOME:

IDENT.:

CPF:

ANEXO

(D)

ACORDO OPERACIONAL DE OBRIGAÇÕES COMUNS

Através do presente instrumento particular, os Consórcios a seguir qualificados:

- **CONSORCIO INTERSUL DE TRANSPORTES**, estabelecido na Rua da Assembléia, nº 10, sala 3911, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 12.464.869/0001-76, devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.5.0002563-8, neste ato, representado pela empresa líder Real Auto Ônibus Ltda. e esta por Cláudio Callak Coelho;



- **CONSORCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES**, estabelecido na Rua da Assembléia, nº 10, sala 3911, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 12.464.539/0001-80, devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.5.0002562-0, neste ato, representado pela empresa líder Viação Nossa Senhora de Lourdes S.A. e esta por Humberto Fernandes Valente;

- **CONSORCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES**, estabelecido na Rua da Assembléia, nº 10, sala 3911, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 12.464.553/0001-84, devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.5.0002561-1, neste ato, representado pela empresa líder Viação Redentor Ltda. e esta por Avelino Antunes; e



- **CONSORCIO SANTA CRUZ TRANSPORTES**, estabelecido na Rua da Assembléia, nº 10, sala 3911, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 12.464.577/0001-33, devidamente registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.5.0002560-3, neste ato, representado pela empresa líder Expresso Pégaso Ltda. e esta por Orlando Pedroso Lopes Marques,

têm justo entre si certo e ajustado, firmar, com fundamento nas regras constantes dos itens 11.01, (v), 19.04 e 31 do Edital de Concorrência Pública nº CO 010/2010, lançado pelo Município do Rio de Janeiro, através da sua Secretaria Municipal de Transportes, para delegação, mediante concessão, da prestação de Serviço Público de Passageiros por Ônibus – SPPO-RJ, **ACORDO OPERACIONAL DE OBRIGAÇÕES COMUNS**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

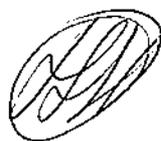
CLAÚSULA PRIMEIRA – Conforme compromisso firmado entre os Consórcios, constante do modelo E, do Anexo V, do Edital de Concorrência Pública nº CO 010/2010, declaração já apresentada pelos licitantes com documentação de habilitação, item 11.01, (v), os Consórcios comprometeram-se a celebração Acordo Operacional – Obrigações Comuns, com a finalidade de disciplinar o desempenho de obrigações comuns a todas as quatro Redes de Transportes Regionais – RTRs, no que se refere ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

CLAÚSULA SEGUNDA – Assim, os Consórcios obrigam-se em cumprir fielmente e de forma coordenada as obrigações comuns a todas as concessionárias decorrentes da lei, da regulamentação aplicável, do Edital de Concorrência Pública nº CO 010/2010 e respectivos Anexos, além de assumirem responsabilidade solidária por todas as obrigações dele decorrentes.

CLAÚSULA TERCEIRA – Cada uma das empresas consorciadas, através dos Consórcios reitera a declaração, feita no contrato de consórcio, que vem efetuando a operação dos serviços de transporte coletivo de passageiros por ônibus, através de organização empresarial própria, que inclui os meios materiais e humanos empregados na prestação do serviço.

CLAÚSULA QUARTA – As novas ordens de serviço que forem dirigidas aos consórcios, depois de celebrado o contrato de concessão, envolvendo, como se um só todo fosse, os serviços que englobam, nas referidas RTRs, todas as linhas que, até então, cada uma das empresas consorciadas vinha operando, serão cumpridas pelas consorciadas da mesma forma, e pelos mesmos meios mencionados no parágrafo anterior, de sorte a manter, até o limite do operacionalmente possível, a situação anterior.

CLAÚSULA QUINTA – Obrigam-se os Consórcios a operação compartilhada dos Terminais Urbanos, pelo prazo da concessão, proporcional à frota operante entre as concessionárias que os utilizarem, conforme a listagem constante do item 7.1.5, do Projeto Básico, a saber:



RTR 1 – Terminal da Misericórdia (Praça XV);
Terminal Padre Henrique Otti (Santo Cristo);
Terminal Procópio Ferreira (Central);
Terminal Alfredo Agache;
Terminal Jamil Amiden;

RTR 2 - Terminal do Cosme Velho;
Terminal da PUC (Gávea);
Terminal Rodoviário da Usina – Carlos Manes
Barbosa;

RTR 3 - Terminal Américo Ayres (Méier);
Terminal Arquiteto Pacciello (Méier);
Terminal Arquiteto Mario Costa e Souza (Pavuna);
Terminal sob o Viaduto João XXIII (Penha
Circular);
Terminal da Integração (Ribeira);
Terminal Rodoviário Enock Anselmo dos Santos
(Amarelinho);
Terminal Rodoviário da Lobo Junior;

RTR 4 - Terminal da Joatinga (Barra);
Terminal da Alvorada (Barra);
Terminal do Terreirão (Recreio);
Terminal Deputado Jose de Souza Marques
(Cascadura);
Terminal Arquiteto Julius Sass (Anil);
Terminal Rodoviário Urbano de Madureira;
Terminal de Cascadura (N. Senhora do



Amparo);
Terminal de Curicica;

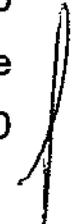
RTR 5 - Terminal da Serrinha (Campo Grande);
Terminal Rodoviária Urbano de Santa Cruz
(Terminal Álvaro Alberto).

CLAÚSULA SEXTA – Se por qualquer razão houver termino da concessão outorgada à empresa consorciada, licitante vencedora para determinada Rede de Transporte Regional – RTR, todas as concessionárias das demais Redes de Transportes Regionais – RTRs, através dos respectivos consórcios, deverão firmar acordo com a nova concessionária para esta ingresse, nas mesmas condições originais nos Acordos Operacionais.



CLAÚSULA SÉTIMA – Para os efeitos do item 31.02.1, do Edital de Concorrência Pública nº CO 010/2010, fica indicada, como empresa responsável pela coordenação e execução do presente Acordo, a líder de cada Consórcio, signatária do presente Acordo Operacional.

CLAÚSULA OITAVA – O prazo de duração do presente Acordo é o mesmo contrato de concessão, que é de 20 (vinte) anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão entre o Município do Rio de Janeiro e os Consórcios, prazo que poderá ser prorrogado, uma única vez, por novo período de 20 (vinte) anos.

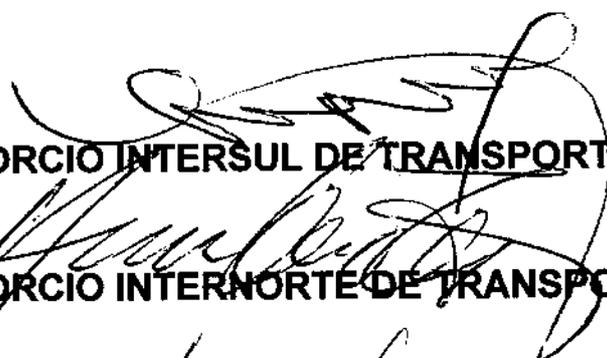


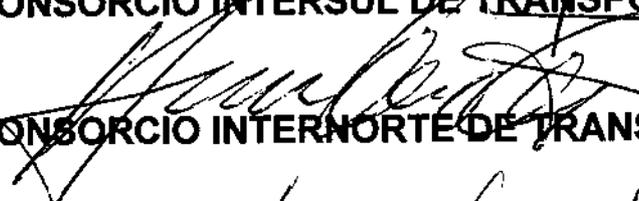
CLAÚSULA NONA – O presente Acordo Operacional – Obrigações Comuns deverá ser previamente submetido à aprovação do Poder Público, assim como suas eventuais alterações.

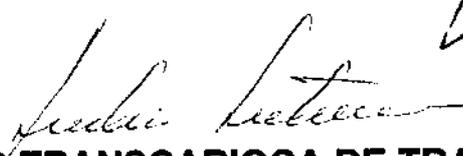
CLAÚSULA DÉCIMA – Os Consórcios comprometem-se a empregar todos os esforços para a perfeita execução do presente Acordo e responderão solidariamente por todas as obrigações dele decorrentes.

E por estarem justos e acordados firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus regulares efeitos.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2010.


CONSORCIO INTERSUL DE TRANSPORTES


CONSORCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES


CONSORCIO TRASCARIOCA DE TRANSPORTES


CONSORCIO SANTA CRUZ TRANSPORTES



TESTEMUNHAS:

.....

NOME:

IDENT.:

CPF:

.....

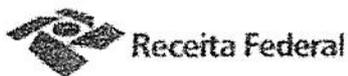
NOME:

IDENT.:

CPF:

ANEXO

(E)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.464.553/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 31/08/2010
NOME EMPRESARIAL CONSORCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 215-1 - CONSORCIO DE SOCIEDADES			
LOGRADOURO R DA ASSEMBLEIA	NÚMERO 10	COMPLEMENTO SALA 3911 PARTE	
CEP 20.011-901	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/08/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **31/08/2010** às **17:23:07** (data e hora de Brasília).

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 31/08/2010

**CONTRATO
DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**

Pelo presente instrumento particular de **CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO**, as partes a seguir qualificadas e no final assinadas, a saber:

1. **AUTO VIAÇÃO TIJUCA S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada dos Bandeirantes, 5.900, Curicica, cadastrada no CNPJ sob o n.º 33.535.592/0001-03, conforme seu Estatuto Social, arquivado na Junta comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 33300040552, neste ato representada por seus diretores **ERNESTO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da carteira de identidade sob o n.º 06.283.269-6 expedida pelo IFP/RJ, e cadastrado no CPF/MF sob o n.º 824.598.947-91, e **GERALDO QUEIROZ DE FIGUEREDO**, brasileiro, viúvo, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da carteira de identidade sob n.º 1.532.569 expedida pelo IFP/RJ, e cadastrado no CPF/MF sob o n.º 027.599.857-68;
2. **AUTO VIAÇÃO TRÊS AMIGOS S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Picui nº 505, Bento Ribeiro, cadastrada no CNPJ sob o nº 33.479.213/0001-05, conforme seu Estatuto Social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 33300045040, neste ato, representada por seu Diretor-Presidente, **JOSÉ DE CASTRO BARBOSA**, português, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº RNE W 406571-D, expedida pelo SE/DPMAF, e cadastrado no CPF/MF, sob o nº 038138947-20;
3. **CAPRICHOSA AUTO ÔNIBUS LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Bulhões Marcial, nº 349/361. Parada de Lucas, cadastrada no CNPJ sob o nº 33.191.990/0001-41, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320023761-3, neste ato representada por seu Diretor, **ISAAC DE CASTRO BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 07376333-6, do IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 023.255.727-65;
4. **CITY RIO ROTAS TURÍSTICAS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Alho, nº 303 - Parte, Fenna Circular, Mercado São Sebastião, cadastrada no CNPJ sob o nº 03.235.185/0001-01, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320630708-7, neste ato representada por seus Diretores **ÁLVARO RODRIGUES LOPES**, português, divorciado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do CRA/RJ nº 20-49169-7, portador da carteira de identidade nº RNEW 573.829-3 SE/DPMAF, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 411.191.507-87 e **VALTER DOS SANTOS LOPES**, brasileiro, natural de Portugal, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da carteira de identidade nº 02495030-5 do IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 373.782.107-06;
5. **EXPRESSO PÉGASO LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Cesário de Melo, nº 8121, Cosmos, cadastrada no CNPJ sob o nº 33.150.608/0001-51, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320008132-0, e a última alteração, arquivada na JUCERJ, por despacho de 17 de agosto de 2009, sob o nº 00001942622, neste ato, representada por seu Diretor, **ORLANDO PEDROSO LOPES MARQUES**, português, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 02495636-9, do IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 257329787-04;

6. **LITORAL RIO TRANSPORTES LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Engenho D' Água, 755 - Anil, cadastrada no CNPJ sob o nº 00.108.876/0001-56, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320507082-2, neste ato representada por seus Diretores, **JOÃO DA SILVA CARVALHO**, português, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 1317272-1, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 001049737-49 e **MAURO PIRES RIBEIRO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 2938101, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 350.651.097-53;

7. **REAL AUTO ÔNIBUS LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Vinte e Nove de Julho, nº 357, Bonsucesso, cadastrada no CNPJ sob o nº 33.295.346/0001-13, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320253678-2, neste ato representada por seus Diretores, **CLÁUDIO CALLAK COELHO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 08321258-9, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 003539207-03 e **JOÃO MORGADO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº SSP-SP nº1655768, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 026656898-04;

8. **TEL - TRANSPORTES ESTRELA S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Saravatá, 210, Marechal Hermes, cadastrada no CNPJ sob o nº 33.535.568/0001-66, conforme seu Estatuto Social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 33300026754, neste ato representada por seu Diretor, **JOSÉ GOMES DA CUNHA GOES**, português, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº W 589154-X, expedida pelo RNE, e cadastrado no CPF.MF. sob o nº025.871.067-53; e **CARLOS ALBERTO LOPES MOREIRA**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 04840221-8, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF.MF. sob o nº624.197.147-68;

9. **TRANSLITORÂNEA TURÍSTICA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Bergamo, 300, Rocha, cadastrada no CNPJ sob o nº 12.082.984/0001-86, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320867935-6, neste ato representada por seus Diretores **ÁLVARO RODRIGUES LOPES**, português, divorciado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do CRA/RJ nº 20-49169-7, portador da carteira de identidade nº RNEW 573.829-3 SE/DPMAF, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 411.191.507-87 e **GABRIEL GAROFALO LOPES**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da carteira de identidade nº 20264664-2 DIC, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 111.152.057-73, conforme última alteração contratual realizada em 21/07/2010, com inclusão de novos sócios;

10. **TRANSPORTES BARRA LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Anália Franco, 150, Vila Valqueire, cadastrada no CNPJ sob o nº 40.177.446/0001-00, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320238890-2, neste ato representada por seu Diretor, **GETÚLIO ANTUNES**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 1.624.813-0 IFP, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 000.757.287-53; e **AVELINO ANTUNES**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 1326483-3, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 001.578.647-15;

11. **TRANSPORTES FUTURO LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Gabinal, 1381, Freguesia, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.829.874/0001-19, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320576250-3, neste ato representada por seus Diretores, **GETÚLIO ANTUNES**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 1.624.813-0 IFP, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 000.757.287-53; e **AVELINO ANTUNES**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 1326483-3, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 001.578.647-15;

- 12. **TRANSPORTES SANTA MARIA LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Cel. Pedro Correia, 140, Curicica, cadastrada no CNPJ sob o nº 33.408.055/0001-94, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320020416-2, neste ato representada por seus Diretores, **PAULO ANTONIO CARRILHO VALENTE**, brasileiro, casado, arquiteto, residente e domiciliado nesta Cidade, na Av. Afrânio Costa, nº 395, bloco 3, casa 2, Barra da Tijuca, portador da cédula de identidade CREA/RJ nº 87-1-00074-2-D, cadastrado no CPF/MF sob o nº 799.202.767-15; **LAERTE PEREIRA VALENTE**, brasileiro, casado, empresário, identidade expedida pelo Instituto Félix Pacheco nº 04.315.630-6, cadastrado no CPF/MF sob o nº 494.702.137-34, residente e domiciliado na Rua Januário José Pinto de Oliveira, nº 710, Recreio dos Bandeirantes, nesta cidade;

- 13. **TRANSURB S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua José dos Reis, nº 1136, Engenho de Dentro, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.464.420/0001-91, conforme seu Estatuto Social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 33300163751, neste ato representada por seu Diretor **JACOB BARATA FILHO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 2654554-1, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob 341.137.627-91 e **JOSÉ DOS SANTOS CUNHA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 1425189-6, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 109338247-34;

- 14. **VIAÇÃO ACARI S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel Rangel nº 493, Cascadura, cadastrada no CNPJ sob o nº 33.197.120/0001-80, conforme seu Estatuto Social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3330000545-5, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **VALMIR FERNANDES DO AMARAL**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº M-1.813.418, expedida pela SSP/MG, e cadastrado no CPF.MF. sob o nº 350.153.816-20;

- 15. **VIAÇÃO MADUREIRA CANDELARIA LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Citeria, 198/210 - Irajá cadastrada no CNPJ sob o nº 33419383/0001-96, conforme contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 33.2.0008233-4, neste ato representada pelo seu procurador, **JORGE LUIS LOUREIRO QUEIROZ FERREIRA**, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 06.246.806-1, expedida pelo Instituto Felix Pacheco, e cadastrado no CPF/MF sob nº 813.608.357-68 e seu diretor **CASSIANO ANTONIO PEREIRA**, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 06.301.682-8, expedida pelo Instituto Felix Pacheco, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 775.215.287-00;

- 16. **VIAÇÃO NORMANDY DO TRIÂNGULO LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida dos Democráticos, nº 1897, Bonsucesso, cadastrada no CNPJ sob o nº 33.633.926/0001-73, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320031856-7, neste ato representada por seus Diretores, **JACOB BARATA FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 2654554-1, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF.MF. sob o nº 341.137.627-91 e **ROSANE FERREIRA BARATA**, brasileira, divorciada, comerciante, domiciliada nesta Cidade, portadora da cédula de identidade nº 3.503.331, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF.MF. sob o nº 629075.907.82;

- 17. **VIAÇÃO NOVACAP S/A**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Intendente Magalhães, nº 1154, Vila Valqueire, cadastrada no CNPJ sob o nº 33.225.335/0001-67, conforme seu Estatuto Social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3330016753-6, neste ato representada por seu Diretor **JOSÉ LUIZ ARAÚJO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Carteira de Identidade nº 04056890-9 - IFP e CPF nº 495.244.377-91;

18. **VIAÇÃO REDENTOR LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Gabinal, 1395, Freguesia, cadastrada no CNPJ sob o nº 33.103.862/0001-07, conforme seu contrato social, arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 3320262156-9, neste ato representada por seus Diretores, **GETÚLIO ANTUNES**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 1.624.813-0 IFP, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 000.757.287-53; e **AVELINO ANTUNES**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade nº 1326483-3, expedida pelo IFP, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 001.578.647-15;

têm, entre si certo e ajustado, na forma do art. 278 e seguintes da Lei Federal nº 6.404/76, constituir consórcio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª: DA DESIGNAÇÃO, DURAÇÃO E EMPREENDIMENTO

- 1.1. Sob a designação de CONSÓRCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES, as partes constituem consórcio pelo prazo determinado de 20 (vinte) anos, previsto para a duração da concessão da operação do serviço público de passageiros por ônibus - SPPO-RJ, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, prorrogável, uma única vez, pelo novo período de 20 (vinte) anos, que participaram, em conjunto, da Concorrência Pública nº CO 010/2010, lançada pelo Município do Rio de Janeiro, em 15 de junho de 2010, realizada no dia 30 de julho de 2010, desenvolvendo e apresentando Propostas, na forma exigida no Edital e pela Lei nº 8.987/95 c/c Lei nº 8.666/93, que, por haverem sido declaradas vencedoras, constituem o presente contrato de constituição de consórcio para executar o contrato de concessão da REDE DE TRANSPORTES REGIONAL - RTR 4 prevista na referida Concorrência Pública.

- 1.2. A concessão, por seu turno, tem por objeto a administração e exploração, sob regime de concessão, mediante a cobrança de tarifas dos usuários do conjunto de linhas que compõem a REDE DE TRANSPORTES REGIONAL - RTR 4, do Serviço Público de Passageiros por Ônibus - SPPO-RJ, em caráter de exclusividade, em plena conformidade com o Projeto Básico e com a Proposta Técnica apresentada, com o artigo 6º da Lei nº 8.987/95 e de acordo com o disposto no Regulamento do Serviço aprovado pelo Decreto nº 13.965/58, na legislação pertinente e nas disposições do Edital e seus Anexos, compreendendo a operação regular do serviço na área operacional de cada REDE integrante da RTR; conforme áreas de atuação e atribuições específicas de cada CONSORCIADA.

CLÁUSULA 2ª: DO ENDEREÇO

- 2.1. O CONSÓRCIO, constituído entre empresas operadoras não tem personalidade jurídica, não implicando em pessoa jurídica distinta das CONSORCIADAS que o integram; será designado de CONSÓRCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES e estabelecer-se-á na Rua da Assembléia, nº 10 - sala 3911, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ..

- 2.2. Em decorrência da adjudicação de seu objeto, as CONSORCIADAS assumirão os seguintes compromissos e obrigações em relação ao objeto da Concorrência, respeitada a natureza das atividades por elas desenvolvidas, suas qualificações profissionais, suas áreas de atuação e as restrições decorrentes desses fatores:

2.2.1. As CONSORCIADAS prestarão serviços da mesma natureza e a participação de cada uma delas se dará no âmbito de sua área de concessão/autorização e atribuições especificadas, de acordo com a legislação pertinente, os regulamentos e demais atos normativos, compreendendo a operação regular do serviço na área operacional de cada REDE integrante da REDE DE TRANSPORTES REGIONAL - RTR 4 e, conforme 'especificações técnicas' explicitadas no Edital e seus Anexos e nos termos da MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO.

2.2.2. As CONSORCIADAS colocarão, para alcance do objetivo deste instrumento e à disposição do CONSÓRCIO, os seguintes bens, equipamentos, pessoal e serviços, conforme definidos e exigidos no Edital de Licitação e seus Anexos, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes:

- a) Garagem completa com todas as suas instalações, benfeitorias e equipamentos;



CLÁUSULA 5ª: PARTICIPAÇÃO

5.1 O CONSÓRCIO constituído é composto exclusivamente pelas CONSORCIADAS, que o integram nas seguintes proporções:

EMPRESA		PARTICIPAÇÃO
1	AUTO VIAÇÃO TIJUCA S/A	4,67%
2	AUTO VIAÇÃO TRÊS AMIGOS S/A	3,26%
3	CAPRICHOSA AUTO ÔNIBUS LTDA.	2,60%
4	CITY RIO ROTAS TURÍSTICAS LTDA.	0,47%
5	EXPRESSO PÉGASO LTDA.	4,15%
6	LITORAL RIO TRANSPORTES LTDA.	12,03%
7	REAL AUTO ÔNIBUS LTDA.	4,91%
8	TEL - TRANSPORTES ESTRELA LTDA.	4,96%
9	TRANSLITORÂNEA TURÍSTICA LTDA.	2,64%
10	TRANSPORTES BARRA LTDA.	10,19%
11	TRANSPORTES FUTURO LTDA.	14,35%
12	TRANSPORTES SANTA MARIA LTDA.	9,49%
13	TRANSURB S/A	0,66%
14	VIAÇÃO ACARI S/A	3,73%
15	VIAÇÃO MADUREIRA CANDELÁRIA LTDA.	2,50%
16	VIAÇÃO NORMANDY DO TRIÂNGULO LTDA.	0,38%
17	VIAÇÃO NOVACAP S/A	2,27%
18	VIAÇÃO REDENTOR LTDA.	16,75%
18 empresas		100,00%

5.2. As CONSORCIADAS, por ocasião da constituição e contratação do Consórcio pelo MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES adotarão sistemas de contabilidade independentes, respondendo, cada uma, por suas obrigações de ordem fiscal, tributária e administrativa, previdenciária, usando cada consorciada sua própria conta bancária para recebimentos ou pagamentos, emitindo suas próprias faturas relativas à parte que lhe couber nos serviços, em conformidade com a área de atuação de cada uma, sendo que cada CONSORCIADA será responsável pelas despesas derivadas da prestação dos serviços que lhe couber, na sua área de atuação; quanto às despesas comuns do CONSÓRCIO, estas serão rateadas entre as CONSORCIADAS na razão direta de sua participação no CONSÓRCIO.

Handwritten initials and signature on the left side of the text block.

CLÁUSULA 6ª: ALTERAÇÃO DO CONSÓRCIO

6.1. As CONSORCIADAS comprometem-se a não substituir, retirar, excluir ou incluir consorciadas, não alterando ou modificando a composição e a forma em que será constituído o CONSÓRCIO, e nem a ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem prévia anuência do MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, e observado o disposto no art. 27 da Lei n. 8.987/95.

Large area of handwritten signatures and initials covering the bottom half of the page.

CLÁUSULA 7ª: VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO CONSÓRCIO

7.1. O presente instrumento entra em vigor na data de sua assinatura, obrigando as CONSORCIADAS e seus sucessores, e assim permanecerá até que sobrevenha a adjudicação do objeto e homologação do resultado da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. CO 10/2010 em favor do CONSÓRCIO, evento perante o qual o CONTRATO DE CONSÓRCIO será levado a registro na Junta Comercial, tendo um período de vigência vinculada ao prazo da concessão - 20 (vinte) anos, prorrogável uma única vez, e não se extinguirá sem que as CONSORCIADAS tenham integralmente exercido suas funções e cumprido suas obrigações, nos termos deste CONTRATO DE CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 8ª: DELIBERAÇÕES

8.1. O contrato de consórcio estabelecerá reunião ordinária das consorciadas uma vez nos quatro primeiros meses do ano calendário, e, extraordinariamente, sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho Diretor, que presidirá a reunião, secretariada por qualquer dos presentes, a convite do Presidente.

8.2. As consorciadas serão convocadas, com antecedência mínima de 48h, mediante comunicação escrita, com pauta indicada, comprovadamente recebida, através de email, fax, telegrama ou qualquer outro meio, no endereço declarado neste contrato.

8.3. As reuniões serão instaladas quando presentes consorciadas em número suficiente para que as deliberações sejam tomadas validamente, o que ocorrerá quando aprovadas por mais de 2/3 (dois terços) dos votos de todas as consorciadas.

8.4. Observadas as regras supra, as deliberações do CONSÓRCIO, durante a execução contratual, serão objeto de decisão de 2/3 (dois terços) dos votos de seus membros, medidas pelas respectivas participações no consórcio, e deverão ser consignadas em ata da respectiva reunião ordinária ou extraordinária, devidamente assinada pela maioria das CONSORCIADAS presentes à reunião.

8.5. No caso de empate nas deliberações, a Empresa Líder terá o voto de desempate, sem prejuízo de haver votado como consorciada.

8.6. As CONSORCIADAS reconhecem expressamente que são relevantes para o empreendimento as seguintes matérias, que deverão ser obrigatoriamente deliberadas em reuniões ordinárias ou extraordinárias do CONSÓRCIO:

8.6.1. Alteração do CONTRATO DE CONSÓRCIO, modificação do CONTRATO DE CONCESSÃO e necessidade de mudança do presente instrumento;

8.6.2. Exclusão de CONSORCIADA(S) e distribuição do respectivo serviço no caso da assunção pelas demais;

8.6.3. Realização de aportes físicos e financeiros;

8.6.4. Contratação de financiamentos;

8.6.5. Assuntos de ordem financeira e operacional em geral.

8.6.6. Assuntos referentes a alterações do serviço que afetem a área de atuação e atribuições especificadas de cada CONSORCIADA.

8.7. Sobrevindo eventuais alterações pelo Poder Concedente na estrutura de linhas do sistema descrito no Projeto Básico da licitação, tais como implantação de novo plano de transporte, extinção, alteração ou criação de novas linhas, no âmbito da(s) Área(s) definidas na REDE DE TRANSPORTES REGIONAL - RTR 4, constantes do Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. CO 10/2010 e seus Anexos, tais alterações serão formalizadas por aditamento, na forma da Lei, junto ao CONSÓRCIO e à respectiva CONSORCIADA.



CLÁUSULA 9ª: FORO

9.1. As CONSORCIADAS elegem o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir toda e qualquer questão ou controvérsia oriunda do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

CLÁUSULA 10ª: DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

10.1. As CONSORCIADAS declaram inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

10.2. As CONSORCIADAS comprometem-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o CONTRATO DE CONSÓRCIO formalizado pelos respectivos representantes legais de cada empresa, e devidamente registrado no órgão competente.

10.3. As CONSORCIADAS comprometem-se a partilhar entre si todas as informações, materiais ou documentos de interesse do CONSÓRCIO, relacionados à licitação e à prestação dos serviços e que sejam importantes para a realização de seus trabalhos, devendo cada CONSORCIADA informar às demais, previamente, quanto a quaisquer correspondências ou comunicações relevantes a serem enviadas ao MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES e, imediatamente, quanto a eventuais correspondências ou comunicações relevantes destes recebidas.

10.4. Este instrumento obriga as CONSORCIADAS e seus sucessores e cessionários a qualquer título.

10.5. Cada uma das CONSORCIADAS declara e garante que:

- a) é uma sociedade devidamente organizada, validamente existente e em regular funcionamento de acordo com as leis a ela aplicáveis;
- b) possui poderes e autoridade para assinar este instrumento e para executar as obrigações que lhe cabem, sendo que o CONTRATO DE CONSÓRCIO constitui obrigações válidas, legalmente assumidas e plenamente eficazes, de acordo com seus termos;
- c) se vencedoras, levarão, perante a Junta Comercial, o CONTRATO DE CONSÓRCIO para registro da sua celebração, oficializando, assim, o CONSÓRCIO, nos termos do disposto no item 3.2 deste Instrumento;
- d) a celebração do CONTRATO DE CONSÓRCIO, bem como a implementação dos Serviços prevista neste instrumento, não violam ou conflitam com seu ato constitutivo, estatuto ou contrato social, ou demais atos societários nem com os termos de qualquer contrato ou instrumento de que seja parte ou em relação ao qual seus ativos estejam comprometidos;
- e) segundo o seu melhor conhecimento, atende e continuará atendendo às leis, regulamentos e exigências governamentais para fins de cumprir suas obrigações em consonância com o disposto no presente CONTRATO DE CONSÓRCIO;
- f) cada uma das CONSORCIADAS será responsável, com relação aos seus empregados, agentes e representantes, pelo cumprimento de suas respectivas obrigações legais, incluindo, mas não se limitando, às responsabilidades de cunho trabalhista, tributário, previdenciário, fiscal, e àquelas relativas a outros Contratos, que não o de CONCESSÃO.

10.6. As CONSORCIADAS e suas pessoas relacionadas deverão manter sigilo em relação a todas as informações e dados confidenciais que venham a ter acesso em função deste instrumento ou da prestação dos Serviços ao MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para todos os efeitos legais.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2010.

1. AUTO VIAÇÃO TIJUCA S/A

Geraldo Queiroz de Figueiredo e Ernesto Ribeiro Martins

2. AUTO VIAÇÃO TRÊS AMIGOS S/A

Jose de Castro Barbosa

3. CAPRICHOSA AUTO ÔNIBUS LTDA.

Isaac de Castro Barbosa Filho

4. CITY RIO ROTAS TURÍSTICAS LTDA.

Valter dos Santos Lopes e Alvaro Rodrigues Lopes

5. EXPRESSO PEGASO LTDA.

Orlando Pedrosa Lopes Marques

6. LITORAL RIO TRANSPORTES LTDA.

Mauro Pires Ribeiro e Joao da Silva Carvalho

7. REAL AUTO ÔNIBUS LTDA.

Joao Morgado e Claudio Callak Coelho

8. TEL - TRANSPORTES ESTRELA LTDA.

Jose Gomes da Cunha Goes e Carlos Alberto Lopes Moreira

9. TRANSLITORÂNEA TURÍSTICA LTDA.

Alvaro Rodrigues Lopes e Gabriel Garofalo Lopes



10. TRANSPORTES BARRA LTDA.
Avelino Antunes e Getulio Antunes

11. TRANSPORTES FUTURO LTDA.
Avelino Antunes e Getulio Antunes

12. TRANSPORTES SANTA MARIA LTDA.
Laerte Pereira Valente e Paulo Antonio Carrilho Valente

13. TRANSURB S/A
Jose dos Santos Cunha e Jacob Barata Filho

14. VIAÇÃO ACARI S/A.
Valmir Fernandes do Amaral

15. VIAÇÃO MADUREIRA CANDELÁRIA LTDA.
Jorge Luis Loureiro Q. Ferreira e Cassiano Antonio Pereira

16. VIAÇÃO NORMANDY DO TRIÂNGULO LTDA.
Rosane Ferreira Barata e Jacob Barata Filho

17. VIAÇÃO NOVACAP S/A
Jose Luiz Araujo de Almeida

18. VIAÇÃO REDENTOR LTDA.
Avelino Antunes e Getulio Antunes

Nome: CONSÓRCIO TRANSCARIOCA DE TRANSPORTES
Protocolo: 00-20101276183-3 - 30/08/2010
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 31/08/2010 - E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO
33.5.0002561-1
DATA: 31/08/2010
Valéria S.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

TESTEMUNHAS:
NOME: Luiz de Aquino Campos
IDENTIDADE: 4.033.341 - DERAN
CPF: 593.195.604-30

NOME: ANA PAULA MOREIRA DE LIMA
IDENTIDADE: 105510301-5
CPF: 869150903-0